

56.

# DEBATE

## Problemas da revolução brasileira

ALEGRIA DE REBELDE



*Os marinheiros se entusiasmaram, dando vivas à sua rebelião*

Nº 940P8785

ABRIL 72

ATUALIDADE DO LENINISMO

A atualidade do leninismo é antes de mais nada a atualidade da revolução. Para os marxistas-revolucionários do Brasil ela significa e exprime a presença da problemática do leninismo nas condições da luta política proletária sob a ditadura militar-burguesa.

Atualidade da revolução em nosso caso não significa iminência da revolução. Significa sua imperiosa necessidade, que se reveste da carga pesada de uma derrota que ainda não acabou de terminar e que carrega consigo um triste e longo cortejo de desilusão, de desânimo, de desesperança.

Não nos referimos aqui somente aos "desbundados", isto é, àquêles que perderam a perspectiva da militância, quando não a perspectiva mesma da Revolução. Referimo-nos também a setores sociais mais amplos, que estiveram próximos da luta política revolucionária no período da ascensão das lutas de massa em 68, que viveram a fase da "euforia armada", e que com o endurecimento das condições de atuação -provocado pela persistente baixa do movimento de massa, pela escalada da tortura e do terrorismo de Estado da Autocracia militar, pelas sucessivas derrotas dos grupos armados da "nova esquerda"- e que agora se contentam em observar de longe o curso dos acontecimentos sem saber como -em alguns casos sem querer- influir nele.

Tal é a situação em que se produz o retôrno do leninismo ao centro da problemática revolucionária. Não que êle tivesse desaparecido de nosso movimento, não que não houvesse correntes, tendências, partidos e formações políticas em geral se pretendendo leninistas, e pretendendo inspirar-se, em sua atuação, dos ensinamentos contidos na obra de Lenin. Mas tais formações políticas passaram por todo um período de marginalização na medida em que as concepções típicas do extremismo de classe média -que se designam habitualmente por militarismo- ocuparam o lugar dominante no movimento revolucionário brasileiro, chegando inclusive a influenciar consideravelmente militantes e grupos de origem marxista-leninista e com prática prolongada no movimento operário.

Acresce que não sendo a obra de Lénin um corpo sistemático de teses e doutrinas, mas um vasto conjunto de escritos de alcance e objetivos diferentes, versando no mais das vezes sôbre questões de atualidade (da sua atualidade), a possibilidade de haver discrepâncias quanto à essência mesma do leninismo está objetivamente dada. A questão poderia parecer acadêmica se houvesse um largo consenso prático em nossa esquerda sôbre o que é o leninismo. Ora, justamente é êsse consenso que falta. O PCB, o PCdoB, a AP, o PCBR, a ALA, a PO, o POC se dizem leninistas, com maior ou menor ênfase. Uma Tendência Leninista da ALN constituiu-se no ano passado. No seio das organizações e grupos armados, são muitos os militantes que reivindicam o leninismo.

Nosso boletim é êle próprio expressão de um agrupamento de círculos marxistas que vê na assimilação do conteúdo universal do leninismo (a partir da discussão, organizada numa imprensa, do significado dêste conteúdo universal, da resposta à questão "em quê e como o leninismo transcende à experiência russa") um momento essencial da reorganização de nosso movimento revolucionário em tôrno da hegemonia das posições proletárias.

Nosso ponto de partida não pode pois resumir-se a proclamar a necessidade do leninismo. Seria confundir o ponto de partida com o resultado, seria adotar um ponto de partida errôneo. Para sermos consequentes no plano da teoria, sabendo que formações políticas as mais díspares se consideram leninistas ou ao menos não recusam o leninismo, somos forçados a colocar a questão mais radical : o que é o leninismo?

Esta questão, nós a colocamos numa situação determinada, a nossa situação. O que indica que a prática anterior, mesmo no que se refere às formações políticas que se pretendiam leninistas, não foi capaz de materializar uma concepção satisfatória do que significa ser leninista no Brasil de hoje. Ao mesmo tempo, a situação de derrota em que nos encontramos tende a comprovar, mais uma vez, que é mais difícil do que se pensa "fazer a revolução" sem uma idéia clara do leninismo...

Entre os golpes de 64 e de 68, inúmeras discussões sôbre a espontaneidade das massas e a organização revolucionária inspiraram a "construção" das diversas organizações. O ascenso do movimento de massas até meados de 68 mostrou a cada militante a distância entre as concepções em voga e a realidade da luta de classes. Um rico processo teórico teria seguido o "teste" de 68 se um dos dados objetivos não tivesse mudado. A semi-legalidade, que favorecia os órgãos de massa passou de um momento a outro a representar uma bela recordação. Esse fator, mais o descenso do movimento de massas deslocaram o debate para o terreno do modo de intervenção da vanguarda.

Foram inúmeras as concepções e conciliações "teóricas" imaginadas para justificar uma prática militarista. A incapacidade dos quadros comunistas em aplicar uma justa linha de massas adequada às condições de repressão a que foram submetidas as forças democráticas, somada à inexperiência dos novos militantes recrutados no bojo do movimento estudantil, e ainda demasiado comprometidos com a revolta da classe média, deram lugar a "novas" práticas, todas elas estranhas ao marxismo e ao leninismo. Dizemos "novas" entre aspas porque nada mais foram senão o ressurgimento de tendências bem antigas, presentes na cena política desde o início do movimento operário. Já a Comissão da I Internacional da qual faziam parte Marx e Engels e que fôra encarregada pelo Congresso de Haya (setembro 1872) de examinar a atividade dos bakuninistas, concluia, entre outras coisas, que

para os bakuninistas "os principais meios de propaganda consistem em atrair a juventude por meio de ficções... e de profecias sôbre a iminência da revolução", o que os levava a substituir "a luta econômica e política dos operários" por "atos indiscriminados de destruição próprios a delinquentes...".

Apesar dêste trecho poder se aplicar como uma luva a determinadas ações e grupos que chegaram a dominar o ambiente político de nosso movimento revolucionário, seria de um oportunismo tipicamente prestista resumir as diversas tendências que levaram ao paroxismo o extremismo de classe média nos últimos 4 anos a duas ou três citações de Marx ou Lênin. Não sendo nosso objetivo aqui propor uma análise de cada grupo e "teoria" militarista, limitamo-nos a uma distinção que nos parece evidente. Do conjunto dos militantes que viveram ativamente êste período resultam hoje duas atitudes. Uma que teorizou a prática militarista e abandonou inclusive subjetivamente o campo do marxismo e do leninismo lançando novas variantes ideológicas que tiveram larga receptividade nos meios "guerrilheiristas" os mais diversos e que chegaram ao extremo de dizer (embora ainda não o afirmem por escrito) que marxismo é coisa de europeu e que a "realidade" latino-americana nada tem a ver com isso. Outra, mais heterogênea, procura retomar a análise e o balanço da prática revolucionária a partir de uma perspectiva marxista. O que os leva -e levará- a examinar o leninismo, que antes haviam pensado compreender.

As razões que podem explicar a falta de formação marxista-leninista são muitas e não pretendemos cair em simplismos do tipo "a culpa é do Partidão". Medimos hoje claramente, de qualquer modo, aonde levam concepções do gênero "um revolucionário se forma na prática", que sempre serviram para aprovar a passividade teórica e o empobrecimento do marxismo. Para muitos, ainda hoje, tudo se resolve com o apêlo à "prática revolucionária" quando não à "prática armada", sem que mesmo se perguntem se sua própria concepção de prática não seria profundamente idealista...

Tal é a gênese da situação em que o leninismo volta à atualidade. Todos os militantes que viveram o apogeu e a decadência do extremismo militarista de classe média e que já se convenceram que não podem substituir-se às classes revolucionárias, recolocam na ordem do dia a discussão sôbre a teoria da organização revolucionária.

Porquê esta discussão deve começar pelo leninismo?

"É que antes da luta que êle (Lênin) trava no seio da social-democracia russa, desde o comêço do século, o problema da organização revolucionária é relegado a segundo plano pelos marxistas. A afirmação pode parecer falsa para quem conhece a obra de Marx e Engels (sobretudo a correspondência) e ainda mais levando-se em conta o esforço prático dos socialistas alemães a partir dos anos 70. Entretanto é claro que nenhum dos fundadores do movimento revolucionário

moderno se dedicou a desenvolver sistematicamente a teoria do partido. Poder-se-ia mesmo citar declarações feitas por eles que encheriam de alegria tanto os espontaneistas quanto os oportunistas" (D. Berger, Existe uma teoria da organização revolucionária?, em Que Faire?, n.7, junho 1971).

A negação do partido pelas organizações ditas "de combate" ou a concepção acadêmica e mecânica dos que já se auto-nomearam partido do proletariado, foram tanto uma como outra, submetidas ao teste implacável da experiência histórica. Como foi a partir de uma experiência histórica em que os desvios e erros foram abundantes que Lênin elaborou sua teoria da organização revolucionária do proletariado. É pois daí que deve partir nossa discussão.

Algumas precauções devem no entanto ser tomadas para que o debate a ser travado não venha a reforçar os espontaneistas e oportunistas. Se, como já se fez tantas vezes em nosso movimento revolucionário, tentarmos de novo "abreviar" a discussão desembestando pelo primeiro "atalho" e separando assim a obra de Lênin da análise da experiência histórica dos últimos anos e do próprio contexto histórico em que foi elaborada, não seremos capazes nem de tirar lições de nossa experiência nem de extrair da obra de Lênin aquilo que ela tem de universal. E nisto está o caráter dialético de nossa discussão: a determinação do que o leninismo tem de universal passa pela determinação daquilo que tem de particular e a determinação daquilo que nossa experiência tem de particular passa pela determinação daquilo que tem de universal.

Aquilo que o leninismo tem de universalmente verdadeiro supõe, para ser conhecido, que determinemos aquilo que tem de particularmente unilateral e superado. Por exemplo, para quem acha que a teoria da organização revolucionária está limpidamente exposta em Que Fazer? e em Um passo adiante, dois atrás e por isso não vai examinar a evolução desta teoria no conjunto da obra de Lênin, seria interessante a leitura do prefácio que ele escreveu à edição de Doze anos de seus trabalhos (1907). Ali ele diz textualmente que Que Fazer? é um resumo da tática de ISKRA durante os anos 1901 e 1902. Exatamente um resumo, nada mais, nada menos. E quem estudar ISKRA dos anos 1901 e 1902 convencer-se-á plenamente disto. Julgar este resumo sem compreender a luta de ISKRA contra o "economismo" preponderante naquela época é falar no vazio.

Na verdade, Lênin havia reconhecido em Que Fazer? ter exagerado no sentido inverso ao dos "economistas". O próprio Plekhanov escrevia em ISKRA n.70: "Segundo Lênin, a classe operária por ela mesma só é capaz de lutar para melhorar as condições de vida da força de trabalho, no terreno das relações capitalistas de produção. Segundo Marx e Engels, a classe operária deve necessariamente tender a suprimir essas relações, ou seja, a realizar a revolução socialista".

No número anterior de ISKRA, de julho 1904, Rosa Luxemburgo criticando Um passo adiante, dois atrás faz, entre outras afirmações discutíveis, esta que nos

parece justa : "Quando , num acesso de otimismo, êle(Lênin) afirma que hoje "não é mais o proletariado,mas certos intelectuais de nosso Partido que precisam de auto-educação,no que se refere ao espírito de disciplina" e glorifica a ação educadora da fábrica que acostuma o proletariado "à disciplina e à organização", o que êle está mais uma vez provando é que sua concepção de organização socialista é demasiado mecânica. Não é somente a fábrica,mas também a caserna e o burocratismo atual, enfim todo o mecanismo do estado burguês centralizado que inculcam ao proletariado a disciplina de que fala Lênin. É abusar do sentido das palavras designar pelo termo de "disciplina" duas noções tão diferentes como, de um lado, a ausência de pensamento e de vontade num corpo dotado de mil mãos e pernas e que executa movimentos automáticos e de outro lado a coordenação espontânea dos atos políticos conscientes de uma camada social".

Se três anos mais tarde o próprio Lênin aceita algumas das críticas feitas a êsses dois livros no que se refere tanto à relação entre o pensamento social e o ser social quanto ao lugar do centralismo numa organização marxista revolucionária,isto nos mostra mais uma vez a necessidade de um estudo global de sua obra,para ver como, reagindo às exigências de cada situação, êle afirmou com certo exagero um dos lados da questão para combater o outro que se mostrava mais perigoso.

Tentando tirar uma lição desta experiência podemos notar que em nosso boletim DEBATE muitas das críticas que fizemos ao que consideramos o principal desvio do nosso movimento revolucionário na presente situação, o militarismo, vanguardismo de classe média, pode dar argumentos às tendências "massistas" e "pacifistas". Mas a verdade é que nos dias que correm,e com todos os defeitos que podemos ver nelas, os que trabalham junto às bases sociais da Revolução têm mais possibilidade de se transformarem no partido marxista-revolucionário do que aqueles que continuam tentando "abrir caminho à bala". Neste sentido, não hesitamos em manifestar nosso apoio de princípio aos que se dedicam hoje ao trabalho visando a luta política de massas.

Não pretendemos tirar conclusões dêste editorial. Estamos começando uma discussão sôbre o leninismo. E procuraremos desenvolvê-la, fiéis a um dos temas constantes da obra de Lênin, no sentido da reorganização geral do movimento revolucionário e não no do fortalecimento de tal ou tal grupo.Em vez de conclusões, queremos propor, como complemento destas considerações iniciais sôbre a Atualidade do Leninismo, um plano de trabalho sôbre a obra de Lênin,orientado em função da experiência e dos problemas que vivemos atualmente.

Consideramos que dada a ausência de sistematicidade nos escritos de Lênin, a primeira tarefa consiste em buscar identificar os domínios que cobrem,de maneira a distinguir aqueles em que Lênin foi mero continuador da obra de Marx daqueles que efetivamente constituiu enquanto objetos da dialética materialis-

ta. Propomos neste sentido uma lista -provisória e grosseiramente esquemática- das diferentes "teorias" ou níveis teóricos tratados em sua obra. Procuraremos ao mesmo tempo indicar alguns dos textos que constituem expressão mais "exemplar" de cada um destes domínios teóricos, opinando também sobre quais destes domínios são, para nós, prioritários:

(1)- Teoria do imperialismo. Aqui Lênin aparece como continuador direto de Marx e de Engels. Elabora sua teoria do imperialismo em polêmica direta tanto contra o oportunismo de direita (Kautsky e sua tese de que o imperialismo nada é além da "política preferida" dos países industriais) quanto contra o esquerdismo teórico de Rosa Luxemburgo (que afirmava a inevitabilidade da crise de realização da mais-valia).

(2)- Análise da formação econômica da sociedade. Trata-se aqui da análise da sociedade enquanto totalidade concreta (a Rússia de 1905, o Brasil de 1972). A expressão "formação econômica da sociedade" (que alguns traduzem por "formação econômico-social ou simplesmente formação social") é pois a análise de uma sociedade particular enquanto totalidade determinada pelo modo de produção dominante e pelo processo histórico de desenvolvimento deste modo de produção. Em O desenvolvimento do capitalismo na Rússia Lênin realiza uma análise exemplar do processo histórico-concreto de materialização das leis gerais do modo de produção capitalista.

(3)- Análise concreta de uma situação concreta. O característico aqui é que entram em consideração as questões das fôrças das classes, de seu nível de luta numa situação dada (por exemplo, se a situação é de fluxo ou de refluxo do movimento de massas, se a classe operária está lutando sobretudo nos sindicatos ou sobretudo em comissões de fábrica, se a situação econômica é de expansão ou de estagnação, etc.). Em resumo: em (2) o objeto da teoria é determinar como um modo de produção se desenvolve historicamente numa sociedade dada, em (3) qual a correlação de fôrças entre as diferentes classes sociais e fôrças políticas de uma sociedade particular numa situação dada.

(4)- Teoria da organização revolucionária. Comporta dois níveis ou sub-teorias:

(4.1)- Teoria da estrutura interna da organização marxista-revolucionária. A concepção do centralismo democrático, a necessidade para a organização de vanguarda de estar presente em tôdas as frentes de luta, a definição do militante e do Partido como diferenciados nitidamente do movimento de massa (ver a famosa discussão com Martov sobre o artigo 1 dos estatutos do Partido Operário Social-Democrata Russo em Um passo adiante, dois atrás). A concepção leninista de centralismo, os poderes que considera deverem ser atribuídos ao Comitê Central, são questões que suscitaram grandes polêmicas no movimento operário internacional da época. É preciso discutir criticamente as diferentes concepções dos marxistas daquele período e sobretudo a polêmica Lênin X Rosa Luxemburgo.

(4.2)- Teoria da política revolucionária. O texto básico é Que Fazer?. Mas há muitos outros. A concepção da agitação e da propaganda, a distinção entre luta "econômica" (ou reivindicatória) e luta política revolucionária, a dupla crítica do "economismo" e do terrorismo, etc. É neste nível que se devem examinar as "novas formas de luta" que conquistaram tantos adeptos em nosso movimento revolucionário.

(5)- Teoria do movimento revolucionário. O papel da espontaneidade das massas e a própria noção de espontaneidade. A recusa de identificar partido e classe (ver 4.1) e a divergência com Rosa Luxemburgo sobre o "centro de gravidade" (a expressão é nossa) do movimento revolucionário. Para Lênin é o Partido enquanto núcleo de vanguarda, para Rosa é o operário com consciência socialista. A discussão é importante inclusive por suas consequências históricas. Se de um lado a História deu razão a Lênin no referente à necessidade de uma organização de vanguarda que aja como uma vontade só, de outro lado mostrou também o perigo do Partido centralizado substituir-se às massas, sobretudo numa ditadura do proletariado, que então se transforma numa ditadura do Partido e não da classe. Mas que Lênin nunca superestimou as potencialidades da vanguarda provam-no passagens como esta, tirada do final de Por onde começar? (publicado em ISKRA, n.4, maio 1901): "Falamos continuamente em preparação sistemática e planificada; mas não queremos em absoluto dizer com isto que a autocracia pode ser derrubada apenas por um cerco regular ou um ataque organizado. Tal opinião seria absurda e dogmática. Pelo contrário, é bastante possível e historicamente muito mais provável, que o colapso da autocracia seja provocado pelo impacto de explosões espontâneas ou de crises políticas imprevisíveis que a ameaçam constantemente de todos os lados. Mas nenhum partido político que pretenda evitar jogadas aventureiras poderá basear suas atividades na antecipação de tais explosões ou crises. Precisamos trilhar nosso próprio caminho e prosseguir inabalavelmente com nosso trabalho regular, porque quanto menos esperarmos do inesperado, menor será a possibilidade de sermos pegos desprevenidos por alguma "virada histórica". O essencial nesta questão - como em todas as outras - é colocarmos claramente os problemas em vez de escamoteá-los. Por isso mesmo, e qualquer que seja a opinião histórica sobre a razão que os fatos deram às diferentes posições que Lênin adotou (de nossa parte parece-nos evidente que eles lhe deram razão muitas vezes) devemos ser cautelosos quando afirmamos teses que hoje podem nos parecer muito eficazes no combate ideológico ao vanguardismo de classe média, mas que contrariam concepções elaboradas em cima de uma longa e fecunda experiência. Quando dizemos por exemplo que "o movimento revolucionário nada mais é que a classe operária em movimento" ou que "a revolução é obra das massas", procurando assim contrapor-nos aos que querem "fazer a Revolução" sem a classe operária e sem as grandes massas da população, não podemos nos esquecer que Lênin foi levado a insistir em que o Partido é um destacamento avançado do movimento de massas e não



deve ser com êle confundido.

(6)- Teoria da revolução proletária. As tarefas da classe operária na revolução democrática, as alianças de classe em cada etapa da luta revolucionária, em especial as teses sôbre a aliança operário-camponesa, a questão da luta pelo poder, inclusive a caracterização da dualidade de poder como elemento essencial da situação revolucionária, como forma suprema da contradição de classes e como iminência de sua resolução. Trata-se pois aqui basicamente da questão do caráter de classe da revolução e da caracterização da situação revolucionária. Mas também da exata formulação das palavras de ordem revolucionárias ("todo poder aos soviets") e da avaliação da correlação exata das forças entre as diferentes classes da sociedade que configura o momento do ataque decisivo ao poder de estado. Sem a capacidade de se efetuar a análise concreta de uma situação concreta é impossível definir uma situação revolucionária. Porisso mesmo não basta a leitura de O Estado e a Revolução e das Teses de Abril. Tôda a elaboração de Lênin em 1917 e nos anos da guerra civil deve ser levada em consideração.

(7)-Teoria da construção do socialismo. A questão do estado operário -da república soviética, da democracia proletária, do papel do partido comunista na edificação da sociedade socialista, as relações entre Partido e Estado, são alguns dos temas a ser examinados. Mais do que em qualquer outro nível, a obra de Lênin deve aqui ser situada rigorosamente em seu contexto histórico. Muitas das divisões no seio do movimento operário e socialista internacional se originaram de uma apreciação diferente dêste período decisivo, que foi o dos últimos anos da vida de Lênin e o dos primeiros da república soviética.

Ao propor esta classificação e o programa de trabalho, de discussão e de elaboração coletiva do qual ela é uma espécie de introdução, estamos conscientes de que as necessidades práticas de nossa situação nos obrigam a escolher, e portanto a concentrarmo-nos em alguns temas em detrimento de outros. Parece-nos claro que no referente à reorganização de nosso movimento revolucionário em torno do marxismo e do leninismo os pontos (4) e (5) merecem prioridade. É evidente no entanto que na elaboração de uma concepção teórica correta do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da especificidade do imperialismo contemporâneo os pontos (1) e (2) são fundamentais. Do mesmo modo, formular uma tática e um programa adequados sem uma provada capacidade de efetuar análises concretas de situações concretas é persistir no subjetivismo, na improvisação e no empirismo. Donde a importância do ponto (3).

É nesta ordem de prioridade que pensamos trabalhar. Sem transformá-la numa receita já pronta a ser aplicada mecanicamente. Ao contrário, para que justamente possamos de uma vez por tôdas abandonar a era das receitas já prontas e "infallíveis"...

A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS

B. MIGUEL

Introdução, (por Fernando de Andrade)

O texto de B. Miguel cuja publicação iniciamos no presente número constitui um trabalho pioneiro em dois sentidos. Primeiro por ser -salvo engano- a primeira tentativa sistemática de se escrever, de um ponto de vista marxista-revolucionário, a história da tão falada e tão mal estudada Associação dos Marinheiros. Nesta tarefa B. Miguel empenhou duas qualidades suas que não era fácil reunir: a experiência direta da Associação, da qual foi membro e militante destacado, e o rigor no trabalho teórico, consubstanciado em paciente e demorado exame de documentos da época, na análise cuidadosa dos acontecimentos e na apreciação de seu significado. Em segundo lugar, por se inscrever num processo de discussão e de elaboração de nossa experiência revolucionária da época mais recente, especialmente dos anos 60, processo cujos desdobramentos ora presenciamos e em cujo desenrolar, presente e futuro, somos chamados a intervir. Procurando descrever e analisar uma das experiências cruciais de sua vida militante, B. Miguel traz sua contribuição ao projeto que DEBATE tem preconizado como essencial à justa solução dos problemas teóricos e políticos com que ora se defronta nosso movimento revolucionário: a assimilação, crítica e auto-crítica, da experiência dos últimos anos. Para tanto não basta apenas boa vontade. Auto-crítica é uma forma de trabalho político que busca compreender o presente como resultado do passado e ao mesmo tempo liberar o presente dos erros do passado. Este passado no entanto é complexo, é social, é uma experiência coletiva cuja apreensão supõe esforço teórico persistente e continuado. O segundo aspecto pioneiro do trabalho de B. Miguel está justamente em estudar a experiência da Associação isto é, de uma experiência desenrolada em 1962-64, para resolver os problemas de 1972.

Publicamos neste número o primeiro capítulo desta história da Associação dos Marinheiros. B. Miguel, neste momento, trabalha na redação do segundo, que esperamos poder apresentar aos leitores no próximo número de nosso boletim.

I

É fácil entender uma insurreição do ponto de vista histórico quando nos prendemos exclusivamente ao relato dos acontecimentos. Hoje para qualquer um dos que participaram dos fatos anteriores ao golpe de 1964 no Brasil, as coisas são muito simples. Ainda que muitos não tivessem quase nenhuma clareza, e para dizer melhor, a maioria dos membros da Associação dos Marinheiros era principiante. Para eles uma insurreição era obra de um pequeno grupo. Isto é, não pensavam na conveniência de um trabalho político profundo. Desconheciam o que representa um partido político da classe operária. Se alguns tinham uma certa experiência política, ela não ia além da prática primária e artesanal: um grupo se reunia e decidia organizar uma revolta, seguindo a inspiração das velhas rebeliões das marinhas em todo o mundo. Assim foi o caso da chamada "rebelião dos marinheiros" em 1964. Além do mais havia outras razões que não eram então razões políticas. Não eram razões de classe. Tratava-se mais de aproveitar as condições de "integração" na sociedade. Com efeito, havia naquele momento uma razão bem objetiva, a repressão interna na marinha. Ela refletia contradições de classe na marinha, mas não era entendida ainda como repressão deliberada contra os marinheiros. E muito menos como uma política deliberada das classes

dominantes. É preciso ver também o processo político que se desenvolvia e o grau de relativa liberdade durante o governo de João Goulart que nasceu de compromissos das diversas facções da burguesia que no Brasil lutavam por um poder forte e centralizado, capaz de aniquilar o movimento das massas trabalhadoras. No governo anterior, de Jânio Quadros, setores da burguesia ligados ao grande capital monopolista haviam feito, através do Exército, as primeiras tentativas de golpe de estado sem ter todavia conseguido a unidade necessária. O governo de Goulart cujas tímidas reformas despertaram o ódio das classes mais reacionárias, não poderia de maneira alguma se manter por muito tempo.

João Goulart procurava desesperadamente um equilíbrio impossível face aos compromissos de seu governo com as distintas classes sociais.

Dentro deste contexto é lógico que setores das forças armadas mais ligados ao povo por sua origem esboçassem as primeiras tentativas de organização fora da tutela da oficialidade reacionária.

Na Marinha, pelo conteúdo ideológico da "aristocracia do almirantado" (de conotação nitidamente facista, já que muitos ali haviam pertencido ao movimento integralista), os marinheiros tentaram, pela segunda vez em 50 anos, organizar-se fora do controle do Estado-Maior. Naquele momento (em pleno parlamentarismo janguista) não podia uma Associação de Marinheiros constituir uma ameaça imediata para o regime. Os marinheiros esperavam que suas reivindicações (aumento de soldo, direito de voto, direito de casamento, etc.) fossem resolvidas pelo governo dentro do âmbito das Forças Armadas. Também não estavam em posição bastante sólida para apresentar queixas ou exigências. Suas últimas queixas tinham sido sufocadas pelo governo de Getúlio em 1952, quando um grupo de marinheiros, fardados, foi protestar em frente ao Congresso por um aumento de salário. Não se podia pensar em mobilizar os marinheiros fazendo sentir à sociedade todo seu peso, pois a Associação era ainda embrionária. Seu crescimento, apesar de relativamente rápido, não dava para forçar a situação de aparente equilíbrio dentro da Marinha. Não havia também nenhum partido com força bastante para mobilizá-los e/ou organizá-los. O Estado brasileiro, naquele momento, era débil para sufocar os marinheiros e apesar de o desejar ardentemente, o Conselho do Almirantado foi incapaz de aniquilar o movimento.

Nos primeiros meses que se seguiram à fundação da Associação, seus membros eram pouco numerosos. Os mais ativos não passavam de duas dezenas. Se a luta de classes na Marinha dependesse naquele momento do Conselho do Almirantado, é claro que os almirantes ganhariam.

Durante dois anos o movimento e a luta de classes na Marinha assumiu um crescendo até o golpe de 64.

A diferença fundamental entre o movimento dos marujos de 62-64 e a revolta da Armada em 1910 está em que enquanto em 1910 João Cândido conspirou para uma revolta, os dirigentes da Associação tinham uma estratégia mais global con-

tra o regime. Infelizmente não muito clara na perseguição dos objetivos desejados.

Os marinheiros poderiam dificilmente, naquele momento, pensar numa revolução social, coisa que apenas foi se esclarecendo pouco a pouco. O princípio que os dominava era aquele do movimento contestador, desafiando o poder, principalmente para tirar dele o maior número possível de concessões. Pode-se dizer que isto era uma ilusão, especialmente levando-se em consideração que os oficiais não iriam aceitar isso de braços cruzados, e já tinham uma longa experiência em acabar rebeliões, existindo mesmo no Centro de Informações da Marinha marinheiros bem jovens, recrutados em troca de pequenos privilégios, alguns até com cursos especializados de polícia.

Por outro lado no Exército também havia uma nítida contestação da hierarquia militar por parte dos sargentos, que eram elementos tipicamente da classe média baixa, fato que influenciou muito os marinheiros.

Os sargentos se agitavam em volta de coisas muito específicas dentro do Exército apesar do manifesto nitidamente político lido por Gelci (sub-oficial) na Associação dos Empregados do Comércio, no qual ameaçava os gorilas do Exército.

Basicamente a luta dos sargentos dirigia-se contra a instituição da inelelegibilidade dos sargentos, não ultrapassando os limites das instituições vigentes. Lutava-se pela derrocada das leis nos limites da democracia e do Parlamento. Era uma forma combinada do reformismo burguês do governo e da face revolucionária da quebra da disciplina dentro do Exército. Nas eleições para deputados houve um general que obteve o equivalente a 1.000 votos enquanto um sargento chegava aos 60.000. Havia um certo otimismo em relação à democracia. Acreditava-se até num Parlamento com forte representação popular e alguns mais otimistas em um "Parlamento nacionalista e democrático". É evidente que naquele momento se podia aspirar a tudo, inclusive a uma democracia popular. E era até temerário falar na possibilidade de um golpe pró-imperialista... Argumentava-se num Exército com fortes tradições nacionalistas, com gendarme da campanha do "petróleo é nosso", e com outras milongas mais.

A idéia de uma rebelião na Armada foi ganhando corpo para em seguida ser afastada por um grupo que naquele momento conseguiu planejar e executar uma organização de caráter mais geral, na qual pudessem se unir marinheiros de graduação até cabo e fuzileiros navais. As formas desta organização se modificaram na medida em que a massa radicalizada fazia mais exigências. A procura, por parte dos "subalternos da Marinha" da Associação recém-fundada pareceu em princípio espontânea para depois assumir a forma cada vez mais determinante de um verdadeiro movimento de massas. E apesar de não ser dirigida no começo a partir de um centro organizador, tornou-se compacta exigindo uma di-

reção vigorosa e capaz de dar sentido a tôdas as reivindicações exigindo também uma disciplina própria que negasse implicitamente a disciplina da Marinha.

Os dirigentes da Associação dos Marinheiros inclinavam-se cada vez mais a lutar pela derrubada daquela "hierarquia arcaica" e logicamente suas posições eram aceitas pelo conjunto. Os acontecimentos haveriam de empurrá-los para esse caminho.

Um conjunto de fatores de ordem objetiva (por exemplo a Diretoria do Pessoal da Marinha começou a divulgar notícias contra a Associação) modificou o "caráter pacífico" da mobilização dos marinheiros, transformando-a num choque constante contra a Administração Naval. Naquele momento o diretor do Pessoal da Marinha era o almirante Roque Dias Fernandes, tido como elemento progressista dentro da Marinha. Foi mantido em postos importantes, inclusive indicado para servir no Nordeste, no comando do 3º Distrito Naval onde era tido como um homem do governo, nacionalista e anti-golpista. Não tendo sido possível naquele momento provar-se sua participação como conspirador, chegou mesmo a ser defendido pelo então governador do estado de Pernambuco das "calúnias dos esquerdistas". Evidentemente não era fácil (para alguns) prever a atitude de um homem que havia sido um dos fundadores da Associação Cristã de Moços, no Rio de Janeiro, coisa da qual se vangloriava. Mas na verdade o velho almirante pertencia à tradição católico-reacionária da Marinha e na certa causava-lhe desgosto profundo a união do grêmio dos marinheiros católicos com a "comunizante" Associação de Marinheiros.

Este espírito reacionário dominava a mente de muitos "almirantes reformadores" que achavam que a Marinha poderia transformar a "Casa do Marinheiro" numa instituição favorável à bajulação dos oficiais por parte da marujada. Não faltava também o espírito de tolerância paternalista por parte destes senhores que apenas buscavam se situar no poder.

A esse almirante avestruz e pouco político, estúpido na sua visão grosseira da História e da luta de classes, sucederam os políticos do tipo Rademaker (velho adorador do fascismo), que tinha sua tarefa facilitada pela benevolência própria dos "liberais" da Marinha. Assim é que o velho e decrépito ministro da Marinha, Silvío Mota, pensou em assumir o posto logo depois do golpe.

Não é difícil compreender que tão "poderosos interesses" dentro da Marinha não aceitariam passivamente um movimento que dado seu caráter contestador, trazia em seu bojo os elementos corrosivos da "sagrada" disciplina e possivelmente da revolução social. O Globo, usando a velha tática da reação e do imperialismo iria logo chamar a Associação de Marinheiros de "mais um sindicato fardado da Rua São José, a serviço do anarco-sindicalismo janguista". E às vésperas do golpe sairia com o editorial alarmante: "Soviete domina a Marinha"...

Tôdas as velhas múmias do Clube Naval gritavam em uníssono pelo fechamen-

to da Associação e o assassinato puro e simples dos "dirigentes baderneiros". O que aliás era prática tradicional na Marinha brasileira.

A Associação acabou por transcender seus objetivos iniciais, malgrado o espanto de alguns, que achavam incompreensível que se falasse em monopólio estatal do petróleo, em "reformas de base", etc. Houve até casos tragicômicos de oficiais retardatários na compreensão do que se passava na Marinha discutir com marinheiros (antes tão cordatos) a autenticidade da luta pelo direito de voto para analfabetos ou mesmo a reforma agrária.

Esse fenômeno era também olhado com suspeita por oficiais que por sua origem de classe média e pelos ensinamentos recebidos na Escola Naval, cujo espírito resumia-se na imposição da disciplina, tradicionalmente condicionada na supremacia dos "superiores" em relação aos subalternos.

Não quer isto dizer que todos os jovens oficiais formados na década de 50 tivessem essa posição ideológica. Havia mesmo alguns tenentes que possuíam uma visão reformista para a Marinha e aceitavam (se bem que inconscientemente) uma redefinição do conceito de disciplina na Marinha. Alguns até avançaram um pouco mais, partindo de uma análise reformadora da própria sociedade e chegando a compreender o processo brasileiro em evolução, do ponto de vista nacionalista revolucionário. Não constituíam porém um grupo de peso e não chegaram nem mesmo a se organizar, pois a única organização possível estava enquadrada dentro dos limites estreitos do Clube Naval. Fora dele os "tenentinhos" não sabiam o que fazer. Aliás na Marinha sempre houve um controle muito forte sobre os oficiais recém-saídos da Escola Naval, exercido na escola pelos professores e nas unidades da Marinha pelo CENIMAR. Veremos mais adiante como alguns "tenentinhos" procuraram timidamente participar do processo político e alguns poucos até chegaram a se aproximar da Associação de Marinheiros. Alguns outros "nacionalistas revolucionários" de nada serviam a não ser para pregar a paz em momentos de guerra e "salve, salve".

Durante o processo golpista quando a tensão nos navios era bastante explosiva alguns deles ajudaram os golpistas, atuando no sentido de impedir eventuais rebeliões a bordo, embora tal comportamento não tenha conseguido impedir estas rebeliões. Muitos, durante o exercício de seus respectivos postos na Armada, tiveram atitudes nitidamente contra os marinheiros, como o almirante Pedro de Araújo Susano. Houve casos de oficiais "nacionalistas" que atuaram nitidamente pró Conselho do Almirantado, na vã tentativa de restaurar a ordem na Marinha sob o comando dos "oficiais legalistas". Pouco antes de Jango abandonar a Guanabara aceitando o golpe como consumado, alguns dos "comandos legais" já admitiam a não resistência e abandonavam as unidades não sem antes neutralizar a perspectiva de rebelião no seio dos marinheiros, anulando a ação dos mais determinados à resistência. É bem verdade que os marinheiros não tiveram a capacidade de se

desvencilhar dos respectivos "comandos legais"...

Outro fato que concorreu de forma determinante foi a aceitação por parte dos marinheiros da ponderação de abandonar os navios, conforme solicitação do então gabinete da Marinha tendo à frente o almirante Paulo Mário, velho marinheiro de grandes qualidades, mas naquele momento sem condições de assumir de fato o comando, pois a primeira preocupação dos golpistas foi isolá-lo da marujada. Outra determinante de forte peso foi a ação exercida por alguns deputados da "Frente Parlamentar Nacionalista" que atuando como mediadores e às vezes como conciliadores (mais como conciliadores) impediram no nível político uma posição de independência face à reação na Marinha. Na tarde em que os marinheiros saíram do Sindicato dos Metalúrgicos, alguns deputados insinuaram a idéia de formar uma comissão para falar com o almirante Paulo Mário com o objetivo de por "panos quentes" quando já não havia mais condições para isso. A "quebra da disciplina" naquele momento era irreversível e a radicalização do Conselho do Almirantado não comportava qualquer alternativa conciliatória.

Essas eram as influências sob as quais ficou, no momento mais crítico, a Associação de Marinheiros. O fato de que sua direção não tenha conseguido defender-se e superar a situação motivou todo aquele "inexplicável quadro", como disseram alguns. Mesmo os elementos mais conscientes dentro da Diretoria da Associação, como já sentimos neste quadro, se não apoiavam o ponto de vista da não resistência, faziam todo o possível para não transcender além dos limites já ultrapassados e por falta de homogeneidade entre seus componentes, pouco fizeram contra o golpe. Enquanto José Anselmo lia uma proclamação na Rádio Mayrinck Veiga, alguns membros da Associação encontravam-se dispersos, outros no Nordeste, desligados do centro dos acontecimentos no Rio e também incapazes de atuar. Desta forma, mesmo antes dos golpistas da Marinha tomarem pé da situação, os marinheiros já estavam isolados e devidamente controlados. O primeiro sinal de que isto aconteceria inevitavelmente ocorreu nas primeiras horas após a saída do Sindicato dos Metalúrgicos, quando nas reuniões entre os marinheiros e os elementos do chamado "comando legal" tudo se fazia no sentido de apaziguar inclusive decretando "licenciamento" em massa dos marinheiros, palavra de ordem que servia aos interesses do "comando contra-revolucionário". Mais tarde houve quem acusasse os marinheiros de terem provocado os oficiais ao marcharem até a igreja da Candelária no Rio, tendo ali se dispersado. Não faltou quem pensasse que os "revoltosos" se dirigiriam para o Arsenal da Marinha, onde talvez começassem a tomar de assalto suas unidades.

Naquela situação, e para demonstrar que a crise já estava sendo superada, o almirante Aragão foi até a Associação de Marinheiros e abriu suas portas, num comprometimento ao qual se atribuiu excepcional importância. Aragão teria

vários propósitos, se bem que naquele momento não houvesse nenhuma direção a seguir, embora se deva levar em conta que a partir daquele momento êle se comprometia publicamente com os marinheiros revoltosos. Infelizmente a possibilidade dos marinheiros assumirem o contrôle da Marinha ficava perigosamente comprometida, pois o grosso da massa passava a se dividir entre a legalidade e a "indisciplina". Por isso não se pode colocar naquele momento a palavra de ordem da rebelião, da tomada dos quartéis com o objetivo de neutralizar os contra-revolucionários e o Conselho do Almirantado. Além disso, havia motivos para que se acreditasse ser correto ficar na defensiva. Os informes que havia sobre a situação geral no país não eram alarmantes. Uma única coisa trazia desconfiança : os oficiais exigiam que os marinheiros não retornassem a suas unidades. Fora isso, a Marinha parecia ter voltado à tranquilidade.

Nessas condições, deduzia-se que teríamos tempo para a reorganização de nossas forças. Aí estava a velha predisposição da Direção dos Marinheiros em analisar de forma exageradamente otimista. O que fazia falta aos marujos não era apaziguamento e sim uma direção unificada e consciente das medidas a serem tomadas, principalmente aquelas que permitissem a retomada da iniciativa, então nas mãos dos almirantes. Enquanto isso alguns oficiais do gabinete Paulo Mário (o comandante Werneck por exemplo) procuravam servir de mediadores, o que em absoluto não contribuía para evitar a saída violenta. Oficiais reacionários pregavam inclusive o fuzilamento sumário de Anselmo e de outros membros da Associação. O comprometimento destes oficiais golpistas com o grupo ligado ao Estado Maior do Exército ficava patente. Daí certo desalento entre os oficiais do "gabinete Paulo Mário", fazendo com que capitulassem de antemão diante do golpe em andamento.

Do outro lado, um pequeno grupo de "subalternos" incapaz de tomar a direção permaneceu somente na denúncia do golpe e na inócua afirmação da necessidade de uma contra-ofensiva : não havia organização para tomar a ofensiva... A direção personalista que conduziu superficialmente a massa ficava agora sem perspectiva. Sem a menor dúvida, o fato de que a situação revolucionária criada radicalizasse o conflito na Marinha não implicava na formação automática e concomitante de uma organização à altura de aplicar a violência revolucionária no momento mais importante. Certo que se deveria enfrentar a reação dos almirantes que naquele momento participavam de um golpe contra-revolucionário, contrapondo à organização e à violência deles, a violência dos marinheiros. Contudo tudo isso não passou das cogitações e neste ponto todos foram de fato envolvidos e levados de roldão.

Os partidários da luta pacífica e do "esquema oficial do governo" evidentemente não imaginavam as consequências dos acontecimentos, e até onde o imperialismo e seus aliados internos aprofundariam a repressão ao "comunismo". Partiam da suposição de que suas posições estavam bastante sólidas. Imaginavam



que bastava controlar os marinheiros, como exigiam os oficiais, e poderiam restabelecer a ordem e paralizar o golpe. Não compreendiam que o golpe há muito havia saído do âmbito exclusivo do pequeno grupo do general Mourão Filho. Era uma exigência da burguesia, uma palavra de ordem do Departamento de Estado Americano. Não se deveria somente sufocar os marinheiros junto com os sindicatos. Tratava-se de derrubar o governo. De estabelecer outro, reacionário e pro-imperialista. O que contribuiu para a confusão de todos os partidários da linha pacifista foi que todos eles se haviam acostumado a considerar inimigo principal o "esquerdismo". Todas as forças da "esquerda reformista" haviam contribuído para isso e ninguém mais do que aqueles que tinham cargos no "governo Jango". Também diziam que não podiam confiar numa direção "anarquista" dos esquerdistas, já que a atitude dos marinheiros poderia degenerar numa rebelião sem princípios e "incontrolável". Esta suspeita prejudicou muito a aproximação entre "revoltosos" e "oficiais legalistas" e chegou a ser uma barreira ao entendimento. As ambições pessoais influenciaram muito no processo. Silvio Mota, ministro da Marinha antes de Paulo Mário, tratou de conciliar com os marinheiros no último momento antes da "Assembléia dos Marinheiros" no Sindicato dos Metalúrgicos. Para isso ele pedia para não ser ali atacado pelos oradores. Ora, ele já havia perdido sua melhor oportunidade quando fora pela primeira vez procurado por um grupo de marinheiros, na ocasião da prisão de José Anselmo, por ordem do Estado-Maior da Marinha. Porém em vez de ouvir os marinheiros, Silvio Mota, na esperança de manter-se no cargo, mandara abrir um processo contra a diretoria da Associação. Agora, esta mudança de atitude do ministro (antes da referida Assembléia) só podia ser interpretada como mais uma manobra para permanecer no cargo. Além do mais, ele não dava nenhuma garantia de que mandaria relaxar os mandatos de prisão que ele mesmo havia decretado. Inclusive nas reuniões com os membros civis do gabinete do governo Jango ele se recusava a fazer qualquer concessão aos marinheiros. Também vacilava entre o poder (as vantagens do cargo) e tolerar uma possível rebelião. Junto com Silvio Mota, alguns almirantes "nacionalistas" seguiam as mesmas inclinações, assumindo as posições as mais contraditórias. Atitude, claro, bem diferente da dos marinheiros, aos quais eles acabaram por ajudar os gorilas a derrotar.

Uma aliança entre os oficiais "nacionalistas" e os marinheiros contra a direita se tornava assim impossível, pois os elementos que poderiam realizá-la estavam por demais desgastados e desmoralizados perante a massa de marinheiros principalmente os oficiais que no passado haviam tomado posições reacionárias reprimindo o movimento reivindicatório da Associação. Foi por exemplo o caso do almirante Pedro Araujo Susano. Também foi difícil durante a crise aproximar oficiais ligados ao governo e marinheiros, pois havia desconfiança mútua. Afinal, a chamada rebelião dos marinheiros começara com a exigência ao Conselho do Al-

mirantado para que não interviesse na Associação de Marinheiros. Aliás, os próprios oficiais "nacionalistas" tinham fortes reservas quanto ao relacionamento com os membros da Associação: os marinheiros, com efeito não exigiam apenas a liberdade de casar (era proibido aos marinheiros casarem-se até a graduação de cabo). Estas exigências foram crescendo com o desenrolar dos acontecimentos o que não agradava absolutamente a nenhum oficial, fôsse ele "nacionalista" ou reacionário. Com raras exceções (tivemos uma delas quando o comandante Godoy, do cruzador "Barroso" autorizou o funcionamento livre da Associação naquela unidade da Marinha) nenhum oficial admitia a manifestação por parte dos marinheiros de idéias que contrariassem o dispositivo do Código segundo o qual "não é permitido discutir política ou religião". Discussão, somente sobre futebol.

É fácil verificar o que se seguiu. Após a tropa do general Mourão Filho sair de Minas em direção ao Rio, foi realmente uma farsa na qual muitos oficiais "nacionalistas" procuraram esconder e justificar os seus temores de uma revolução que poderia ser controlada ou dirigida pelas massas. O dilema era essencialmente um dilema de classes. Nada mais que isso. Essa ambígua situação motivou depois do golpe muitas especulações em torno da natureza anti-golpista dos comandantes "leais ao governo".

Antes de iniciarmos os relatos queríamos esclarecer mais um ponto. Muitos dos "oficiais nacionalistas" mudaram hoje de posição, principalmente aqueles que foram expulsos das forças armadas. Além do mais não queremos responsabilizar inteiramente essa ou aquela camada social, mesmo que dentro da sociedade brasileira aqueles que tem privilégios influem negativamente, por menores que sejam estes privilégios. Ora, isso é o óbvio, mas não o era no Brasil de 64.

(continua nos próximos números)

---

MARXISMO E EXTREMISMO DE CLASSE MÉDIA : A EXPERIÊNCIA DE LUTA ARMADA

Fernando de Andrade

DE 1968 a 1972.

I- Introdução

Sob este título procuro reagrupar anotações efetuadas em circunstâncias diferentes. Alguns esclarecimentos preliminares se fazem assim necessários para que o leitor disponha, frente ao texto, dos elementos contextuais que explicam a maneira como são expostas as questões e a ênfase que se dá a este ou aquele aspecto particular da discussão. O principal esclarecimento será o referente à época da redação de cada uma das anotações que compõem este trabalho.

O escrito sobre "Caio Pinheiro ou de como transformar Lênin em precursor

do vanguardismo foquista" data de dezembro 68- janeiro 69. Minha intenção era transformá-lo em apêndice ao artigo "Considerações sobre as teses de Régis Debray" que fôra publicado no n.5 da revista América Latina, naquele momento órgão teórica da COLINA-VPR. O agravamento da luta interna na hoje chamada VPR-1 que iria culminar com o golpe através dos quais os elementos que fetichizavam os métodos terroristas e em geral o vanguardismo de classe média adquiriram o controle absoluto da organização transformando-a num "grupo de pressão" extrema, veio impedir-me de continuar com o projeto. Na mesma época, Caio Pinheiro, então militante do COLINA era preso. Sabia-se que estava sendo cruelmente torturado. Os princípios mais elementares da solidariedade impediam qualquer crítica que o vizasse diretamente. Isto explica que só quatro anos depois de ter redigido estas notas críticas a suas idéias é que eu venha publicá-las. Com efeito, estas duas razões que na época me paralizaram o veio crítico, se encontram já há muito superadas. A VPR-1 desapareceu no início de 69, ou melhor sobreviveu penosamente até os episódios que levaram à formação daquela mistura ultra-híbrida de dogmatismo doutrinário "marxista" e de guerrilheirismo vanguardista que foi a VAR-Palmares. Renasceu, como VPR-2, do racha quase imediato entre dogmáticos doutrinários e militaristas. (Mas essa evidentemente é outra história.) O COLINA também desapareceu, primeiro fundindo-se com a VPR-1 na formação da VAR-Palmares, depois dispersando-se : alguns de seus antigos militantes representaram posições operárias e marxistas dentro da VAR-Palmares (a despeito do ecleticismo tático), outros juntaram-se à VPR-2, outros organizaram suas próprias organizações "de vanguarda", dissidências, etc. Naquela época -como em outras- havia muito cacique, cada um com sua própria doutrina. Faltavam os índios. Finalmente, Caio Pinheiro foi libertado. A questão da solidariedade já não se coloca mais nos mesmos termos.

Os escritos sobre o Agrupamento Comunista de São Paulo, (Ala Marighella), sobre o "empirismo" marighellista, sobre o dogmatismo debrayista tal como foi aplicado no Brasil datam de abril-junho 69. Fazem parte de um trabalho que não foi publicado e que em muitos pontos considero superado, e mesmo hesitante. Procurei não retocá-lo em demasia, ou melhor, em vez de retocá-lo suprimir as passagens que hoje me parecem sem interesse ou parciais. Também eliminei até certo ponto algumas referências a camaradas hoje mortos na luta contra a ditadura, quase todos mortos como heróis, alguns em enfrentamentos diretos com as forças repressivas, outros na tortura, que souberam transformar em último e supremo combate pela causa que os inspirava. Estes camaradas -penso sobretudo no camarada Marighella, mas há tantos outros- cometeram erros graves e seria cair na hipocrisia funerária burguesa dizer que só porque morreram seus erros devem ser omitidos. Ao contrário, criticá-los -de um ponto de vista fraternal- é mostrar que ainda estão vivos, melhor que aquilo que dele nós sobrou -sua

obra, sua militância, o efeito de sua prática- faz parte de nosso presente, já que este é o resultado de nosso passado.

Considerações análogas poderiam ser feitas a propósito de outras partes do presente trabalho, escritas em momentos diversos, que se estendem de 69 até hoje. Mas seria alongar demais estes dados preliminares, entrar no detalhe das circunstâncias de cada uma destas partes que agora apresento como se constituíssem um todo. Sem que com isso queira isentar-me da crítica, gostaria que o leitor tivesse presentes as peculiaridades de cada momento, que reintegrasse mentalmente cada texto no contexto que o originou, para que sua apreciação seja justa. De um modo geral, algumas destas partes ainda refletem um período em que eu -como muitos outros comunistas- considerava que a luta entre marxistas e militaristas era uma espécie de "luta interna" no seio de um mesmo movimento de luta armada. Mudou o Natal e mudei eu. A experiência de luta armada, tal como se desenvolveu concretamente, longe de unir os revolucionários e especialmente os revolucionários marxistas- (sendo êstes últimos os únicos combatentes consequentes na luta pela transformação socialista de nossa sociedade) limitou-se a alterar o caráter e as modalidades de seu fracionamento. Ao mesmo tempo, assumiu um conteúdo de classe bastante nitido, deixando de ser a expressão indiferenciada da revolta das classes populares urbanas contra a ditadura, para assumir e veicular o ponto de vista estreito da pequena burguesia urbana radicalizada, mais o ponto de vista elitista das modernas camadas médias urbanas. Jamil, que nos seus bons tempos quase chegou a ser o teórico da classe média radical, reduziu-se, com o descenso dos métodos que preconizava, a um teórico radical de classe média. O que não o impediu de ser a expressão mais acabada -porque consequente consigo mesma- desta síntese de pragmatismo pequeno-burguês e de elitismo tecnocrático que constituiu -e constitui- o polo ideológico dominante na resistência armada à ditadura, sobretudo a partir de 69. De qualquer modo -é tudo que queria dizer para terminar com esta já longa introdução- hoje não cabe mais tentar modificar por dentro os grupos de guerrilha urbana, nem de mostrar o irrealismo de seus projetos de guerrilha rural. Insistir nesta tarefa, já no quinto ano desde o início da resistência armada, seria dar murro em ponta de faca. Aliás, são os militaristas os primeiros a "não querer conversa" com os marxistas. Se continuamos "conversando", é a despeito deles...

## II- Caio Pinheiro, ou de como transformar Lênin em precursor do vanguardismo foquista

A primeira tentativa no campo das forças que iriam dar início ao processo de resistência armada à ditadura de relacionar luta guerrilheira e leninismo nas condições de nosso país foi a de Caio Pinheiro, num artigo publicado no n. 3-4 da revista América Latina de março-julho 68. (Naquele momento a revista era

órgão oficioso do COLINA. Com o início do processo de integração COLINA-VPR, esta revista, então já em seu número 5 -último número por sinal- passou a ser órgão comum das duas organizações (outubro 68). Mencionamos este fato porque correspondeu a uma vitória política (uma das últimas) do núcleo leninista da VPR, que de acôrdo com os camaradas do COLINA, considerava a constituição de uma imprensa marxista-revolucionária unificada em escala nacional como premissa básica da formação de uma organização revolucionária de âmbito nacional.)

Aos camaradas que não conheceram mais de perto as lutas políticas no seio das três principais formações que passaram à luta armada em 68: VPR, ALN e COLINA (sendo que a primeira só adotou este nome em dezembro 68 e a segunda em 69), o próprio projeto de Caio Pinheiro pode parecer absurdo. Parece com efeito absurdo querer fundamentar no pensamento de Lênin a estratégia foquista. Esta opinião é errônea. Pode inclusive levar à concepção derrotista de que o fracasso da luta armada era inevitável. Em vez disso, o problema está no modo como ela foi conduzida a partir de 69, quando o extremismo de classe média se tornou hegemônico no seio da resistência armada à ditadura. Não queremos dizer com isso que a delimitação entre leninistas e militaristas fôsse rigorosa, que não houvesse marcados traços militaristas nos leninistas nem que os militaristas fossem todos intrinsecamente avessos ao leninismo. Ao contrário, o característico daquele período -que vai do início de 68 ao início de 69- é a coexistência -nem sempre pacífica- entre militaristas e leninistas. Esta coexistência se exprimia politicamente como oscilação permanente entre a conciliação e o conflito. O núcleo leninista da ALN foi o primeiro a romper a coexistência, em dezembro 68. Mas esta já é outra questão... O que queríamos assinalar é que o artigo de Caio Pinheiro, escrito no primeiro semestre de 68 é expressão típica da conciliação entre leninismo e militarismo, puxando mais no entanto para o militarismo. Examinando-o, iremos um pouco mais longe, na análise das causas dos erros e das derrotas dos últimos anos. Veremos que não se explicam apenas por ter sido absolutizada uma forma de luta inacessível ao proletariado, mas que se ligam a uma ampla revisão da dialética materialista e do legado teórico de Marx, Lênin e outros teóricos e dirigentes do movimento operário e socialista internacional.

Logo de início Caio Pinheiro (CP) lança como que distraidamente uma fórmula cheia de sentido para o leitor atento (e marxista). É quando "apresenta" Lênin como um "militante marxista ideologicamente (grifo nosso) comprometido com o proletariado e a revolução socialista". Frase inocente em aparência. Profundamente revisionista na realidade. Com efeito, dizer que o compromisso de Lênin com o proletariado era de tipo ideológico é dizer uma parte da verdade. Mas apresentar Lênin assim, e só assim, é escolher na verdade uma parte que convem à operação... ideológica que o artigo vai desenvolver. Dizer que o aspecto essencial do compromisso de Lênin com o proletariado era o aspecto ideológico é dizer que não era o aspecto político e orgânico. Mera distração de CP? Des-

confiemos do acaso. O que CP diz com seu silêncio -com a parcialidade de sua "verdade"- é o mesmo que disse Debray de maneira dogmática e o POC de maneira oportunista : que para dirigir política e organicamente o proletariado a ligação concreta e permanente com a classe operária não é o decisivo. No caso do POC -sobretudo quando a partir de 70 adotou uma linha "militarista da vigésima quinta hora"- tratava-se de justificar a incapacidade de um agrupamento de intelectuais e estudantes marxistas "de esquerda" em se ligar à classe operária. No caso de CP -e em geral do foquismo "puro e duro"- de dar aparência de verdade ao mito profundamente idealista de que se pode dirigir à distância (lã do foco) as lutas do proletariado. Evidentemente, a "distância" não deve ser interpretada aqui em seu sentido vulgar, geográfico. Trata-se da distância qualitativa entre as formas de atuação e de organização de um grupo de guerrilheiros correndo por despenhadeiros, matas e cordilheiras, e as formas de atuação e de organização ao alcance do proletariado. Imaginar que as formas de luta e de organização possam deva ser concebidas e desenvolvidas independentemente do modo social de existência e das condições gerais de luta do proletariado é cair no conspirativismo e no seu substrato ideológico, o socialismo utópico. "Uma classe que tem de trabalhar todos os dias com horário fixo não pode dispor de tropas de choque permanentes e especializadas, como é o caso de uma classe que dispõe de amplos recursos financeiros e não está ligada por todos os seus membros a um trabalho fixo. Em qualquer hora do dia e da noite estas organizações profissionalizadas podem desferir golpes decisivos e utilizar a surpresa." Esta observação de Gramsci, após o golpe facista, e quando, já na prisão em que iria morrer, procurava analisar as causas e consequências da ascensão do facismo, é menos pessimista do que parece. Gramsci não quer apenas constatar o óbvio, que os bandos armados facistas, beneficiando-se do apoio maciço do grande capital e do estado burguês, não foram neutralizados por grupos armados operários de igual poderio operacional. O que procura sobretudo lembrar é que a força histórica real do movimento operário não está em sua capacidade de financiar e manter grupos armados permanentes e separados do conjunto da classe, e que por conseguinte sua capacidade de luta -sua capacidade de travar a sua luta de classe- se encontra delimitada por suas condições efetivas de trabalho e de existência social. Sentir-se "ideologicamente" ligado ao proletariado é muito fácil. Mais difícil é ligar-se à sua luta, dirigi-la, a partir de suas condições reais de existência social.

O idealismo da definição biográfica de Lênin tal como a concebe CP se completa pelo idealismo na concepção do leninismo enquanto teoria revolucionária. CP pergunta, com efeito, se as obras de Lênin "são apenas respostas ao desafio que uma determinada situação histórica lançou à sua militância marxista...ou se transcendem, e como, a experiência russa"(grifos de CP). Para respon-

der a esta questão -cuja pertinência, enquanto questão, parece-nos inegável-, efetua uma longa digressão com o objetivo de determinar qual é a atual "situação da América Latina", para assim saber se a situação histórica global é ou não a mesma que a de Lênin. Toda a astúcia do argumento consistirá em "mostrar" que a situação global já não é a mesma, que hoje "o elo mais fraco da cadeia imperialista encontra-se nos países neo-coloniais. Aí está a vanguarda da Revolução". Esta tentativa de localizar geograficamente a "vanguarda da Revolução" é manifestamente mecanista, e de um materialismo vulgar, não-dialético. O materialismo de Stalin, cuja definição de leninismo ("marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária") CP aceita, logo no começo de seu artigo, e sem maiores discussões, era especialista neste tipo de localizações geográficas.

Quando sai da Geografia, já que percebe que ela só não convence ninguém, posto que o "elo mais fraco" do imperialismo deve se "localizar" onde as forças revolucionárias são mais fortes (e isto o próprio CP percebe que não é questão de geografia) é para fornecer uma nova "prova" do "deslocamento do elo mais fraco em relação à época de Lênin. Acrescenta pois que este deslocamento "é facilmente verificável nas formas ideológicas...que assumem as lutas mais radicais na frente proletária dos países capitalistas desenvolvidos". (Isto é, no elo mais forte). Que "lutas mais radicais" são essas? CP responde impávido que elas se exprimem "na luta dos negros norte-americanos, dos estudantes alemães e italianos, dos estudantes e operários franceses, dos estudantes iugoslavos, etc.". Felizmente, na "frente proletária" de CP couberam os "operários franceses". Mas misturados nesse colossal saco de gatos "ideológico" em que entram o nacionalismo croata, o esquerdismo prafrentex do SDS, o anarquismo de Cohn-Bendit, e outras coisas mais. É o caso de imaginar que outras maravilhas não comporiam a "frente proletária" de CP se ele não tivesse tido a prudência de botar um etcétera depois dos "estudantes iugoslavos". Perguntará o leitor : mas de que maneira os estudantes franceses, alemães, italianos e iugoslavos "demonstram" a tese de que a vanguarda da revolução está nos países neo-coloniais? A resposta dá a medida do diletantismo e da irresponsabilidade no campo teórico que caracterizavam e caracterizam o ecleticismo militarista-"leninista": é que "existe maoísmo e guevarismo nas manifestações de massa desses países" (isto é, França, Itália, Alemanha, Iugoslávia). Existe maior inversão idealista do que essa? Julga-se a realidade, "demonstra-se" uma tese, pelos reflexos mentais de uma corrente estudantil num momento muito particular das lutas políticas européias, das quais pelo visto CP não entendeu nada. Esta inversão não teve CP por inventor. Seria errado individualizar responsabilidades neste nível, buscar bodes expiatórios. A inversão em questão retrata toda uma ideologia, o extremismo idealista de classe média, então desesperada com a opressão

da ditadura militar-burguesa. O problema é que Lênin nada tem a ver com isso.

O texto de CP em exame é também interessante na medida em que pretende utilizar os dois componentes básicos do leninismo, a análise do imperialismo e a teoria da organização revolucionária. CP não se contenta em mudar de tática, em "revolucionar a teoria da organização". Sabe dos vínculos entre teoria e prática, entre programa e tática, entre análise da sociedade e forma de lutar para transformá-la. Não se contenta pois com a revisão da teoria leninista da organização; vai além, sente que esta revisão, para ser consequente, tem de se acompanhar de outra, da revisão da concepção leninista das forças motrizes da revolução. Só que aqui CP é consequente pela metade. Passar-se-á ainda um ano (68-69) para que surja um revisionista a 100%, Jamil. Este sim foi inteiramente consequente em sua luta para arrancar ao proletariado a hegemonia na luta contra a ditadura. Enquanto que CP, ainda em 68, quando a hegemonia do extremismo de classe média não se havia afirmado no seio do movimento de luta armada, era levado a formulações com um resto de "tradicionalismo": "Na América Latina a aliança operário-camponesa é o núcleo fundamental da revolução e a base social do novo Poder... A única vanguarda que tem condições de elaborar e conduzir o plano tático para consolidar -na luta- esta aliança é a vanguarda comprometida ideologicamente (grifos nossos) com o proletariado". Vê-se que a definição de Lênin como "militante ideologicamente comprometido..." não era casual. Há toda uma concepção do mundo e da história por trás dela. O compromisso "ideológico" (isto é, subjetivo) é a máscara do descompromisso político e orgânico. "Na América Latina o plano tático que levará à concretização desta aliança no Exército Popular é o desencadeamento da luta armada sob a forma de guerra de guerrilhas". Está feita a mágica: a guerra de guerrilhas já tinha de antemão assegurado seu conteúdo proletário porque os guerrilheiros de CP sentiam-se subjetivamente comprometidos com o proletariado! A quantas tragédias não levaram, nos anos subsequentes, sofismas idealistas deste tipo! As expropriações de banco e atentados terroristas podem não ter nada a ver, no plano prático, real, com as forças de classe do proletariado, com suas aspirações e problemas concretos e com as formas de luta revolucionária a seu alcance numa situação dada, com sua experiência prática de luta, com suas tradições de mobilização e de organização, com sua experiência coletiva de classe. Isto é secundário para os que pensam como CP. O que decide de tudo é que a "vanguarda" tenha um "compromisso" (notemos a conotação ético-subjetiva da expressão) "ideológico" (palavra que no contexto se reveste de etérea nebulosidade) com o proletariado.

O que é mais grave: é que, à excessão de Jamil (e de certa forma dos escritos de Marighella em 68-69, que pregaram o espontaneísmo o mais acabado e que negaram inteiramente o leninismo), todas as variantes do extre-



mesmo militarista de classe média nada mais fizeram até hoje do que repetir o sofisma de CP. Que ao menos teve a originalidade do precursor. Dizemos todas as variantes: a ALN, a VAR-Palmares, o MR-8, o PCBR, a VPR-2 na medida em que não se identifica ao jacobinismo, mais as organizações que já desapareceram oficialmente. Que se consulte o programa da Var-Palmares de 69. Que se consulte o programa do PCBR de julho 70. Que se consultem os abundantes documentos do MR-8. E deste militarismo tragicômico da vigésima quinta hora que é o atual POC. O balanço é cinzento: de nossos militaristas se pode dizer que "nada esqueceram e nada aprenderam". Sabemos todos no entanto que terrível sacrifício do potencial humano da Revolução, que imensa hecatombe de militantes lutadores e consequentes caracterizou estes anos de 69-72. Se o leninismo fosse apenas um método que nos permitisse aprender com nossas derrotas, já seria extraordinário o benefício que traria seu restabelecimento em nossas fileiras! Se ele for mais que isso - e há provas históricas irrefutáveis de que é muito mais do que isso - então o mínimo que podemos fazer no campo teórico e no campo da luta política é colocá-lo no centro da discussão. Antes - ou ao mesmo tempo - é preciso travar até o fim a luta ideológica contra os que o empobreceram, como CP, ou que o caluniaram e desfiguraram, como Jamil.

CP na realidade é extremamente confuso e eclético no uso que faz da obra de Lênin. Ora dá a entender que o leninismo consiste em teses e princípios gerais que devem ser aplicados em cada caso concreto (assim por exemplo quando cita a frase de Lênin "A questão fundamental de toda revolução é a questão do poder", para dizer que ela "expressa o problema mais candente da revolução latinoamericana: o problema do poder", como se este não fosse também o problema mais candente da luta revolucionária na Europa, na África, na Ásia, etc. CP confunde aplicação de um princípio cristivamente a uma situação concreta com repetição pura e simples do princípio, como se dissemos, pretendendo com isto analisar o Brasil de hoje: "a luta de classes é o motor da história"). Ora faz crer que o momento histórico em que viveu Lênin já foi ultrapassado e que é preciso fazer nova teoria: "Lênin escrevia na infância do imperialismo... Hoje a evolução do sistema imperialista... se fez no sentido da maior burocratização e militarização do Estado". "Nova" teoria bastante simplória, como se vê. Falar em mudança do imperialismo sem partir da análise da base técnica da produção atual e das formas de reprodução ampliada do processo produtivo capitalista é abandonar o terreno do materialismo histórico e pairar nas nuvens. Mas já vimos que o "compromisso" de CP com o proletariado é principalmente "ideológico"...

CP é também inconsequente com a própria definição do leninismo feita por Stalin, que ele apresenta como "colocação correta": "o leninismo é o mar-

xismo da época do imperialismo e da revolução proletária". O que se pode inferir desta definição relativamente à atitude de CP diante da necessidade de refazer uma teoria escrita "na infância do imperialismo"? Que esta atitude é inconsequente e contraditória. Se guardamos, como faz CP, a definição de Stalin, então o leninismo, no essencial, continua válido, já que no essencial continuamos na "época do imperialismo e da revolução proletária". Evidentemente, CP poderia dizer que o imperialismo e em geral a correlação de forças entre Capital e Trabalho alterou-se de lá (de Lênin) para cá (para CP). E que por conseguinte a teoria leninista deve modificar-se apenas no referente a esta alteração. Ora é justamente aí que aparece toda a fraqueza "metodológica" de CP, incapaz de distinguir entre qualidade e quantidade, de determinar se o imperialismo é apenas mais militar ou burocrático do que o era no tempo de Lênin ou se mudou a própria natureza desta "etapa superior do capitalismo". Só nesse segundo caso caberia reelaborar a teoria do imperialismo. Seria inútil buscar uma solução teórica a esta questão no artigo de CP. Tudo que encontraremos são formulações vulgares e dogmáticas sobre aspectos particulares da questão. Em resumo, segundo ele, "já não estamos mais na época de Lênin" porque, segundo Lênin e "continuando a construção de sua ciência" (sic) o "elo mais fraco da cadeia imperialista é onde a frente proletária se encontra mais fortalecida, onde seu potencial de luta é maior. Encontra-se nos países neo-coloniais". Já vimos, no começo destas notas, como CP argumenta para "provar" esta última tese. Sem mais comentários...

### III. O jambilismo, doutrina do espontaneísmo cibernético

Em DEBATE-1 a camarada Marta Alves examinou um dos primeiros textos onde vinha exposta a doutrina jambilista: O Partido e a Vanguarda. Este texto foi prelúdio de copiosa literatura produzida pelo mesmo autor e defendendo as mesmas teses, que tiveram seu momento de sucesso (69-70). Jamil foi o doutrinário não apenas da "euforia armada", mas da completa revisão do marxismo-leninismo em nosso movimento revolucionário. Vai nisso seu interesse (exprimiu de maneira mais consequente que outros suas idéias, deu-lhes uma forma mais acabada e buscou mesmo sair do terreno da discussão puramente tática para ir buscar na "realidade brasileira" os fundamentos de sua "nova" doutrina) e sua miséria. O marxismo é invencível porque é verdadeiro. O jambilismo é vencível porque é falso. A verdade tem suas leis, e elas são implacáveis.

Jamil, como dissemos acima, quase chegou a ser o ideólogo da classe média radical. O fato de que hoje tenha sido reduzido a um mero ideólogo radical da classe média não diminui muito o interesse em estudar suas obras. Porque mesmo sendo falsas, exprimem certa verdade, a verdade de um momento da evolução ideológica de nossa esquerda. Verdade que foi Bíblia de muita

gente....

A primeira coisa a salientar no "jamilismo" é sua diferença em relação a Marighella. Há no foquismo jamilista um elemento vanguardista específico, que não se encontra no espontaneísmo defendido por Marighella em 68 e 69. Câmara Ferreira, no prefácio aos escritos de Marighella publicados em 1970 em Havana (Tricontinental, p.17) insistia em que "a ALN não pretende ser o partido, nem a vanguarda". A concepção marighellista de guerrilha repousava na idéia da generalização dos grupos guerrilheiros a partir dos GTA e do trabalho nas "frentes de massa". O elemento de espontaneísmo estava aí ligado à expectativa de incorporação progressiva de núcleos de massa no processo guerrilheiro. Ora, o jamilismo significa, no terreno organizatório, o abandono metódico e sistemático da perspectiva de integração progressiva das massas no processo de luta armada. Jamil não queria "generalizar" a guerrilha, criar uma espécie de "insurreição continuada" como nos parece ter sido o objetivo de Marighella e da ALN. Queria uma "vanguarda" submetida a rígido centralismo militar e atuando essencialmente no sentido de golpear o aparelho repressivo do regime militar. O elemento de espontaneísmo é neste caso diretamente decorrente do vanguardismo. As massas para Jamil não sabem brigar. Nem potencialmente lhes é atribuído um papel motriz. Elas só se manifestarão quando a "vanguarda" tiver minado suficientemente, através de uma luta desenvolvida segundo os requintes mais modernos da tecnologia, o aparelho repressivo burguês. A "vanguarda" é o elemento motor que destrói, as massas o pano de fundo que só há de entrar na confusão na hora final.

As teses de Jamil implicam portanto numa concepção que despreza francamente o papel das massas, contrariamente às de Marighella, que tem graves ilusões sobre a capacidade aglutinadora dos pequenos grupos armados. Mas estas ilusões provêm da expectativa da participação e incorporação progressiva das massas na luta revolucionária, enquanto que para Jamil a espontaneidade das massas só se manifestará como "explosão" no fim do processo, quando a "vanguarda" já tiver feito o essencial do "trabalho".

O jamilismo parte do que lhe parece uma constatação fundamental: a classe operária não pode desempenhar em nossa época o papel que lhe atribuíram Marx e Lênin, entre tantos outros. Esta tese vem fundamentada numa análise errônea de alguns dados que Jamil foi colher em autores não-marxistas, tais como Barros de Castro e Celso Furtado. Basicamente supõe que a baixa porcentagem de operários na composição de nossa população ativa implica na "marginalização crescente" das grandes massas da população, do processo econômico. Os fundamentos teóricos destas idéias são (1) uma leitura não-crítica, ingênua mesmo, da corrente tecnocrata-reformista em nosso pensamento econômico, e (2) uma teoria simplista do imperialismo que vai ao ponto de desconhecer com-

pletamente o papel das diferentes camadas e setores da burguesia brasileira no desenvolvimento capitalista de nosso país. Mais: nega toda e qualquer base própria de dominação de classe ao Capital e identifica o Estado e a hegemonia política da Grande Burguesia a uma ocupação do "imperialismo". (Sobre a crítica a estas idéias, de resto bem antigas, ver o editorial de DEBATE n.5 e minhas duas críticas ao doc. ACN, publicadas em DEBATE 7 e 8.). Donde a idéia central que atravessa seu Caminho da Vanguarda, obra mestra do jambilismo, e que ocupou lugar importantíssimo na luta ideológica que o radicalismo de classe média travou e trava ainda contra o marxismo: o desenvolvimento industrial, combinado ao aumento da produção agrícola (Jamil leu isso em Barros de Castro) consegue neutralizar politicamente a classe operária ao mesmo tempo que acelera o crescimento daquelas "massas economicamente marginalizadas" que para ele são a base social principal da Revolução (sua "vanguarda" baseava-se pois numa curiosa "frente de classes", numa aliança classe média-marginais). É evidente (para Jamil) que este modo de desenvolvimento industrial se deve exclusivamente ao "imperialismo" (categoria que nunca analisa, e que apresenta como um todo monolítico, como um "dado da Natureza" e não como uma fase do desenvolvimento do capitalismo). A mediocridade e superficialidade desta concepção salta aos olhos. Os esquemas de Jamil sobre o "imperialismo" tornam incompreensível qualquer diferença entre o que se passa no Brasil e na Malásia, ou na Rodésia, ou no Congo Belga, ou no Panamá, ou em qualquer outro lugar. Em toda parte "O Imperialismo" domina diretamente e exclusivamente, o que torna extremamente complicado, senão impossível, saber porque a situação em cada um destes países não é exatamente a mesma. O "imperialismo" de Jamil é aquela vasta noite em que todas as vacas são pardas. O nacionalismo grãoburguês, o chauvinismo de grande potência, enfim toda a propaganda do regime Medici fica sem resposta no jambilismo. E quando os que acreditavam no jambilismo a 100% e depois passam para o campo do inimigo, como aquele caricatural Massafumi, tentando "justificar" sua traição com um bla-bla sobre as 200 milhas e outras milongas, cabe perguntar se a visão simplista do imperialismo não desarma ideologicamente os militantes mais titubeantes e contribui com certa parcela de responsabilidade para que virem a camisa.

Consequências ao nível da tática: não se trata nem mesmo de negar o papel histórico da classe operária como combatente de vanguarda pelo socialismo. Segundo Jamil, é o próprio conceito de proletariado que deve ser mudado. É preciso, diz ele, "redefinir o próprio conceito de proletariado, já que não se trata mais do proletariado descrito por Marx e por Lênin". O papel outrora cumprido por este proletariado superado pertenceria hoje, segundo Jamil "ao sub-proletariado que no Brasil, longe de ser uma minoria composta de camponeses e trabalhadores destruídos, é, ao contrário, formado por

camponeses enigrados possuindo uma formação moral muito sólida" (Jamil, Avanguarda Armata e Masse..., Cuaderni Piacentini, 41, julho 70, p. 118) Reencontramos aqui o mesmo romântico e bucólico idealismo presente na atmosfera da teoria do foco de Debray. Crença romântica e ético-cristã na "sólida formação moral" dos camponeses, combinada à tese mecanicista de que uma classe social é tanto mais revolucionária quanto maior for sua miséria. Na realidade, cegueira diante do fato de que a realidade desta "moral" é a sub-nutrição endêmica e a pobreza material e cultural a mais terrível, de que são vítimas dezenas de milhões de indivíduos. Será preciso lembrar mais uma vez aos idealistas de classe média que miséria não faz revolução e que a solidez "moral" não pode ser separada das condições materiais de existência? Se Jamil descesse de suas nuvens perceberia que o maior contingente da prostituição vem dos meios rurais pauperizados e que o que leva à prostituição não é a falta de "sólida formação moral", mas a fome? A quem serve esta visão mistificada e mistificante do nosso campesinato pobre? Em todo caso, não serve à causa da revolução.

Na realidade, as massas urbanas indiferenciadas, que não são absorvidas como força de trabalho no processo de produção capitalista, não têm, nem na prática nem na teoria -marxista- nenhum papel "especial" e muito menos de vanguarda. Como também não tem métodos próprios de luta e formas específicas de organização a desenvolver. São massas que foram proletarizadas no sentido negativo do termo, isto é, foram separadas dos meios de reproduzir sua vida material. Mas não foram incorporadas à classe operária. De qualquer modo, a questão econômica e social das "massas marginais" deve ser tratada de maneira cientificamente rigorosa, o que supõe uma aplicação da teoria marxista aos dados objetivos referentes à situação das massas trabalhadoras e da ocupação em nosso país. A publicação dos resultados do Censo de 70, mais uma discussão que se desenvolve inclusive nos meios "acadêmicos", devem ser estudadas criticamente, para que sobre a base deste estudo se possa verificar qual a importância real das massas "economicamente marginalizadas" de que tanto fala Jamil. Podemos antecipar, no entanto que esta importância é muito menor do que ele quer fazer crer. Mas voltaremos a isso com dados e análises.

Finalmente, queria assinalar a coerência do jamilismo ao completar sua concepção do papel da "vanguarda" que na "primeira fase da Revolução" não precisa das massas, com a concepção do papel determinante dos marginais. É que, como dissemos no início, o espontaneísmo jamilista é cibernético: a "vanguarda" é um grupo militar de elite que usando a técnica a mais apurada paraliza o funcionamento das instituições e aparelhos das classes dominantes, embananando o Estado burguês. Quando este embananamento chega a um ponto crítico, termina a primeira fase da revolução, e começa a segunda, que Jamil ainda não descreveu, mas que certamente seria a da insurreição dos marginais. A vanguarda cria o caos e os marginais o apocalipse. A única coisa a temer nisto tudo é que os embananadores não sejam embananados antes disso...

RESPOSTA DO COLETIVO DA TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN DO CHILE A PAULO LEMOS.

A primeira crítica de P.L. relaciona-se à questão dos destacamentos de propaganda armada "...como principal instrumento de um trabalho político nas cidades e no campo". Segundo êle, tal colocação estaria em contradição com outra consideração feita em nosso documento, sobre a necessidade de se utilizar tôdas as formas possíveis de luta. Tal contradição, na verdade, é inexistente. Ficou claro em nosso documento que a luta armada tem de ser o resultado do aguçamento da luta de classes e que rejeitamos a tese - comum entre os militaristas - do "efeito mágico" da luta armada como meio de mobilização política. É o trabalho político que organizará as massas e o fortalecimento dos próprios destacamentos de propaganda armada está em relação direta com "...o nível de consciência e organização das massas e pela relação de forças face ao inimigo".

A necessidade de se ir combinando na prática revolucionária a luta armada com a luta política corresponde a uma imposição objetiva da atual etapa de luta que não pode ser resolvida nem pelo imobilismo concreto que certas proposições de "acumular forças" encombrem, nem pelo praticismo militarista do "é melhor fazer errado do que não fazer". Aliás, o próprio P.L. ressalta o caráter da ligação - desde o início entre trabalho político e luta armada: "...a meu ver, o mais importante, é que tôdas as ações, quaisquer que sejam suas formas, se encaminhem na direção da acumulação de forças no campo popular, com o objetivo de lhe assegurar a vitória no enfrentamento armado que será inevitável, com o aparelho repressivo da ditadura. Evidentemente, a concepção de enfrentamento armado com o inimigo, implica em que a acumulação de forças se dê não só politicamente como também nos aspectos técnico e militar".

Desta maneira, consideramos que a luta armada é a forma principal de luta pois só através dela as forças populares (sob a hegemonia do proletariado) poderão derrubar a ditadura, num processo dialético em que a acumulação de forças políticas esta ligada desde o início à prática armada. Será o próprio avanço da luta de classes e a análise correta da correlação de forças que determinará a qualidade e a intensidade do binômio acumulação de forças políticas e luta armada.

Talvez o equívoco cometido por P.L. tenha como base a idéia de que sob um novo rótulo - destacamento de propaganda armada - se mantenha o mesmo tipo de prática militarista própria aos Grupos Táticos Armados. Convém recordar que a atuação dos GTAs, na base de "ações armadas que excluem, por sua própria concepção, a participação de massas", é rejeitada em nosso documento e que nossa proposta no sentido da criação dos d.p.a. baseia-se nas seguintes considerações:

- a- afirmação de que os d.p.a. "devem sempre partir em seu trabalho político das reivindicações mais elementares das massas";
- b- refutação da tese de liberdade tática dos GTAs e subordinação dos d.p.a. a

uma chefia política;

c- afirmação de que os elementos de massas devem participar sempre em maior número nos d.p.a." Sob a única condição de estarem de acordo com o programa nacional libertador e democrático".

E, finalmente a consideração de que: "é evidente que o trabalho político dos d.p.a. somente pode ser capitalizado com a existência de um movimento clandestino de quadros políticos de organização atuando junto às massas, dando consistência orgânica - no sentido de organizar as massas e recrutar seus elementos mais avançados - ao trabalho político dos d.p.a. Ao movimento clandestino cabe desenvolver as formas secundárias de luta, inclusive dirigir as formas de luta legais, combinando a luta política com a luta armada, visando acumular forças."

A segunda crítica de Paulo Lemos é o fruto do isolamento de uma só frase do contexto do documento. Isto é, P.L. nos acusa de "baluartistas" por afirmarmos que a tendência pacifista foi derrotada. Mas uma coisa é afirmar que no seio do Congresso dos Comunistas de S. Paulo em 1967 e no seio da esquerda brasileira, neste ano e no seguinte, a corrente pacifista foi derrotada (tal como afirmamos em nosso documento) e outra, bem diferente, é proclamar em abstrato a vitória sobre o pacifismo. Longe de nós tal ilusão! Tão consciente estamos do recrudescimento do pacifismo que assim nos definimos no documento: "Nossa luta ideológica visa basicamente derrotar duas tendências - a pacifista, de fundo buguês que procura lançar ao descrédito a via armada da revolução e a militarista também burguesa, pois isolando as organizações revolucionárias das massas pelo desvio "esquerdista" também leva a desmoralização da luta armada."

Assim sendo, estaríamos repetindo D. Quixote em sua luta contra moinhos imaginários se quiséssemos derrotar algo que já não existe ...

Não podemos superestimar a tendência pacifista (como faz P.L. ao afirmar que "hoje ele é mais perigoso que jamais") nem tão pouco esquecer até que ponto pacifismo e militarismo são faces opostas de uma mesma moeda.

Finalmente P.L. considera que "superestimamos os aspectos formais da construção da frente única" e sugere -nos como uma de suas condições indispensáveis "a existência não só de um programa como também de um mesmo plano estratégico e de táticas compatíveis no nível estratégico. Neste sentido, a incompatibilidade entre as formas de "luta armada" ou "luta política" é válido.

Ora, no momento em que contarmos com um plano estratégico" e com "táticas compatíveis no nível estratégico" não estaremos mais falando em frente única (que é frente de classes) mas de integração de partidos ou organizações. Aceitar pois esta sugestão de P.L. é querer fazer frente una em lugar de frente única ...

Por outro lado, não podemos estar de acordo com a incompatibilidade entre "formas de luta armada e política" porque somos do ponto de vista leninista de que o acordo se estabelece ao nível do programa unitário (questão de conteúdo)

já que o método deluta é uma questão de forma. Não aceitar esta tese é cair no mesmo sectarismo exclusivista de certas organizações brasileiras que não aceitam trabalhar em frente com organizações que não tenham os mesmos métodos de luta. O exemplo mais conhecido é o da frente tática das organizações armadas.

AINDA SÔBRE O DOCUMENTO "UMA AUTO-CRÍTICA NECESSÁRIA"

(Comentários à resposta do Coletivo da Tendência Leninista da ALN do Chile)

Paulo Lemos

Em uma minha nota publicada em Debate, saudei a importância do documento em questão. A meu ver, esta importância decorria basicamente de dois fatos:

1- O documento apresentava corretamente a raiz de classe da tendência militarista.

2-Segundo, partia do interior de uma das organizações que mais se destacou na realização de ações armadas, abrindo, assim, a perspectiva de que um número importante de militantes que abraçaram a linha pequeno-burguesa, mudassem de caminho e contribuíssem efetivamente para a revolução de nosso povo.

Em minha nota, só abordei alguns aspectos do documento, referentes à auto-crítica realizada neste ponto, prometendo intervir sobre os demais. Depois recebi uma resposta do coletivo da T.L. sobre minhas observações.

Esta resposta não pode ser tratada independentemente das respostas dadas aos demais companheiros que já intervieram na discussão do documento.

A auto-crítica assinada por José dos Santos foi a atualização pública de uma discussão que se impunha e que já preocupava todas as forças revolucionárias brasileiras: quer tenham ou não participado das ações armadas. Neste sentido, ela já provocou tomadas de posição que vão além do documento no processo auto-crítico. A profundidade, clareza e correção deste processo é que vão determinar o papel que as forças que o realizam, ocuparão na revolução brasileira.

Por considerar-las importantes, creio que isto influenciará o próprio ritmo da atual etapa da luta de nosso povo.

- I -

A análise política das forças revolucionárias não pode ser dividida em uma parte pública e outra reservada. Só uma posição pública e clara poderá educar e conquistar o nosso povo para uma luta revolucionária que o leve, à sua libertação. Assim, parece-me que a resposta dada ao companheiro A. Silva, em que se limita ao publicável numa auto-crítica é falso.

Uma direção política que reconheça erros aumenta sua autoridade e, uma tentativa de auto-crítica privada é sempre fadada ao fracasso: cria confusão não só no povo, como também, entre os militantes. Pretender que uma auto-crítica diminua o prestígio de um líder, mesmo já morto, é, em primeiro lugar, alimentar a desconfiança quanto a seu papel e, em segundo lugar, colocar a imagem de uma pessoa (ou uma organização) adiante da necessidade da conquista do povo à linha revolucionária. Venho sobre este ponto, não só por considerá-lo fundamental, como também, porque esta ligado a duas outras questões essenciais:

- a) a análise da situação internacional, as contradições entre os países socialistas e as alianças no plano internacional.
- b) ainda uma vez sobre a natureza da luta revolucionária de nosso povo, o caráter de sua violência, ou seja, a definição do momento em que ela passará a ser armada.

Voltarei sobre estes pontos, pois participo de um processo de discussão no qual serei obrigado a escrever sobre o assunto. Por ora, quero apenas, avançar alguns elementos que me parecem importantes:

- II -

A forma específica que a luta revolucionária se reveste só pode ser definida a partir de dois elementos concretos: a) definição do caráter da revolução b) o estudo da situação histórica concreta em que ela se realiza.



Assim, uma revolução burguesa de libertação nacional assume formas diferentes que uma revolução democrática popular de libertação nacional ou de uma revolução popular de libertação nacional ou de uma revolução popular ou, ainda, de uma revolução socialista. O fato de que a dominação imposta ao povo o seja a partir de uma base externa, a partir de uma aliança entre o imperialismo e certas classes ou setores de classes ou, ainda, de uma sólida base interna, vai influir de maneira determinante na escolha das formas de luta revolucionária. A composição social da frente revolucionária e, a definição no interior desta, de qual é a força hegemônica, é que vai ser o elemento determinante, em última instância, das formas e dos ritmos do processo revolucionário. Se a força hegemônica é a burguesia, a utilização de suas formas de luta se impõem durante todo o processo, mas ela só será vitoriosa se for capaz de mobilizar as demais forças sociais interessadas na revolução. Já, pelo contrário, se a força hegemônica da frente revolucionária for o proletariado, são as demais forças aliadas que terão de subordinar sua ação às condições de luta da classe operária. Toda outra atitude, só pode levar a que o inimigo possa derrotar sucessivamente cada uma das forças que somadas poderiam destruí-lo.

Na tomada em consideração da situação histórico-social concreta, em que a revolução ocorre, vários são os elementos a serem considerados, mas mencionaremos, aqui, apenas dois para tratar no momento de um só: a) qual é a situação internacional? As forças aliadas estão em progresso e ofensiva, ou são as adversárias que têm a iniciativa? Trata-se de um momento de ascenso revolucionário ou pelo contrário de recesso? A colocação desta questão e a justa resposta não vai ser determinante na realização ou não da revolução (que é ela mesma uma consequência de contradições objetivas no interior de uma sociedade dada - ou entre esta sociedade e uma outra que a domina), mas vai condicionar sua forma, ritmo e provavelmente duração da luta (por exemplo, permitindo ou não, maior ou menor ajuda a um dos campos em choque).

Ainda em relação ao momento histórico é importante a caracterização do que representa o grupo dominante no interior da sociedade. O processo revolucionário vai ser diferente se, no poder se encontra uma classe ou uma aliança de classes sem perspectivas históricas e, que, como diz J. Quartim "só pretende que o amanhã seja igual a hoje, perpetuando assim, o passado" ou pelo contrário, as classes no poder executam uma política de transformação da sociedade. A resposta a esta questão também não é que vai determinar a realização ou não da revolução, mas, terá consequências em todos seus aspectos formais. O próprio processo de transformação capitalista de uma dada sociedade pode isolar a burguesia de outras classes ou setores dominantes no interior da formação social e, aguçar as contradições com as classes dominadas criando com isto condições favoráveis à mobilização revolucionária da frente social que se opõe ao poder ... Mas, é também claro que uma força que avança e transforma uma dada sociedade, é mais difícil de se bater, é mais capaz de reagir, tem mais condições de aproveitar os erros das forças revolucionárias, ampliar sua base política e derrotar aquelas que a combatem a partir de posições isoladas.

Todas estas questões condicionam até mesmo a formulação do problema das formas de luta. Se a revolução é burguesa a questão a definir é: quais formas de luta serão mais eficazes para despertar a classe operária e outras camadas populares? Neste caso a resposta poderia ser os d.p.a. que a partir de uma base social diferente viessem às empresas explicar aos trabalhadores seu programa revolucionário. Mas caso a força hegemônica da revolução seja a classe operária, tal tipo de comportamento me parece inconcebível. Se a classe operária é hegemônica, na frente revolucionária, é a partir de sua organização política, de seu partido, que ela e as demais forças sociais tem de ser mobilizadas, mesmo respeitando as formas próprias de organização de cada classe. Neste caso, a classe operária é levada à via revolucionária por um único caminho: a vivência de suas contradições com as classes dominantes, esclarecida por uma propaganda política. Nenhum dos dois elementos deste único caminho pode ser isolado. Não se trata apenas de mostrar que o patrão é um inimigo e que é necessário combatê-lo, bem como ao estado que está em suas mãos e de seus aliados. É necessário que este aprendizado ocorra na experiência dos conflitos, eles mes-

mos. Se as condições de vida política da classe operária são duras e a dominação é forte, o início de seu despertar será mais lento (e, não existem atalhos na história) mas, provavelmente o próprio inimigo se encarregará de se desmascarar, enquanto tal. Os grupos de p. a., no presente caso, não teriam outro papel que mostrar à classe operária que existe um enfrentamento entre o aparelho repressivo do estado e setores da classe média. Provavelmente também infeliz, mas fatalmente, que o aparelho repressivo é mais forte. Atrasariam provavelmente a tomada de consciência de que o estado pode ser batido.

Quando se concebe o processo político revolucionário no Brasil, pode-se pensar em g.p.a. que partam de organizações políticas com base social na pequena burguesia e "vão até as massas", onde, "o movimento clandestino vai desenvolver as formas secundárias de luta", mas é difícil pensar em uma organização baseada na classe operária, que vá organizar g.p.a. para desenvolver trabalho junto as camadas e classes sociais aliadas do proletariado... Cada classe tem suas formas específicas de luta e, a classe operária, ela, desencadeia sua violência em condições de relações de forças favoráveis. A meu ver, isto não significa que as formas de luta das demais classes interessadas na revolução não devam ser usadas, mas sim que elas tem de estar subordinadas não apenas, a um comando político mas, mais do que isto, a um comando político operário, ou melhor, com hegemonia operária, e que se funde em uma organização que surja da classe operária, reflita suas aspirações, imponha um programa unitário e determine o momento e as formas de luta. Nesta perspectiva o processo de acumulação de forças não é secundário em relação aos grupos de p. a. e, nem mesmo é condicionado por eles. Pelo contrário, ele deve ocorrer não só no nível da organização de vanguarda, mas também e fundamentalmente no nível da politização de todas as forças sociais revolucionárias. As manifestações de luta armada não serão neste nível, senão o resultado da luta de classes - como os companheiros disseram e bem; na resposta que me deram, - mas, não o resultado da luta de classes espontânea e sim, desta luta dirigida politicamente. Neste caso a luta armada não condicionará a luta política e sim, será uma de suas expressões em um momento dado.

Na resposta dos companheiros, eles apresentam o binômio g.p.a. e acumulação de forças políticas. Com isto não só restabelecem o dualismo dos grupos armados (vanguarda armada x massas a serem conquistadas) como pré-estabelecem uma forma específica da revolução brasileira. Qualquer linha estratégica tem de realizar uma opção neste terreno mas, clarificando na análise política da realidade seus fundamentos. Neste sentido, os g.p.a. tem uma fundamentação subjacente: trata-se de reorientar uma atividade de origem pequeno-burguesa (ações armadas) para que ela coincida com as reivindicações das massas. Ao mesmo tempo, os g.p.a. são apresentados como forma fundamental de luta. Neste sentido, parece-me que os autores da auto-crítica depois de identificarem a raiz de classe das ações armadas, pretendem subordiná-las a um comando político que seria proletário, mas que considerasse este tipo de ação como a forma fundamental de luta. Parece-me que depois de avançarem no sentido autocrítico, estabelecem um compromisso que no fim seria o reconhecimento como fundamental da forma de luta de origem pequeno-burguesa...

### - III -

Os companheiros, em sua resposta, negam que tenham sido baluartistas ao afirmar que "o pensamento pacifista" foi derrotado. Pelo que conheço da luta política recente no Brasil, parece-me que dentro do movimento operário, a tendência reformista ainda é bem forte. O próprio companheiro mostra como das resoluções da Conferência de S. Paulo, a ALN foi levada ao militarismo. No caso, vale a pena salientar que os desvios militaristas não foram apenas consequência do afluxo de elementos da classe média... A própria direção da ALN os praticou. Mesmo em Paris foram publicados documentos que consagravam as formas de luta que os companheiros combatem. Parece-me que falar de uma derrota do pensamento pacifista e nestas condições otimismo. A meu ver, o que houve foi que a linha reformista foi posta em cheque. Perdeu a capacidade de aglutinar os aliados naturais do proletariado em torno de sua organização política. Entretanto, o problema da via revolucionária colocado (e isto já é uma re-

tórica) não foi solucionado. Os companheiros que o colocaram cometeram os erros que o próprio documento "Uma Auto-Crítica Necessária" apresenta. Como falar de uma derrota do pensamento pacifista se ele ainda influencia, e sempre influenciou, grande parte do movimento operário? Como não se preocupar com o reformismo quando ele se fortalece? É verdade que pouco abaixo os companheiros, no mesmo documento, apresentam o pacifismo como perigo.

#### - IV -

Sobre o problema do caminho da unidade: creio que os companheiros não distinguem, programa máximo ou partidário de programa mínimo. De pleno acordo, que pode haver frente única sem unidade em torno de um programa partidário, mas ela pressupõe um programa de frente única. Cada programa pode prever estratégias diferentes para diferentes etapas de luta, pela sua realização, mas, estratégias diferentes para a mesma época não é concebível. Claro que mesmo no nível da atuação tática, uma frente única tem de chegar ao menos a estabelecer compatibilidades entre seus componentes.

Pode-se perfeitamente conceber unidades táticas (que são limitadas ou em objetivos ou em duração) mesmo com programas e estratégias diferentes. Vários exemplos podem ser citados:

- a) numa disputa eleitoral podem-se aliar, momentaneamente, forças que vêm na eleição o caminho ou um meio de fazer avançar a revolução.
- b) pode-se conceber a aliança de todos os democratas na denúncia da ditadura, quais quer que sejam seus programas ou estratégias;
- c) um bom exemplo de unidade tática é justamente o das organizações armadas. Organizações com programas diferentes (há as que lutam pela libertação nacional e as que lutam pelo socialismo) e, conseqüentemente com estratégias diversas (desde o nível da definição dos esquemas de alianças de classes) realizam uma unidade tática em torno de uma forma de luta.

O contrário, entretanto, é inconcebível. Não que forças diferentes não possam estar de acordo no nível programático e mesmo estratégico e, divergirem no tático. Claro que isto pode ocorrer, mas a unidade não se fará, pois elas seriam capazes de elaborar em conjunto palavras de ordem de propaganda e de agitação, mas não palavras de ordem de ação. A meu ver, a frente única se caracteriza na ação conjunta de massas, por isto que digo que para que ela ocorra é necessário no mínimo uma compatibilidade no nível tático além de programas e estratégias comuns.

#### AUTOCRITICA QUE NÃO FOI FEITA (II)

Diogo Tavares

##### As fontes do militarismo

O processo de autocrítica iniciado por alguns setores dos grupos militaristas é a imagem do beco sem saída por onde entrou o Militarismo. Embora importante - como dissemos na I Parte - não podemos apenas enaltecê-lo. Doa a quem doer, somos obrigados a buscar as origens dos erros se queremos fazer uma autocrítica conseqüente. E para isto o ponto de partida são os próprios fundamentos da Conferência de São Paulo e o trabalho de Marighella/pós-Conferência. Seria essa a única homenagem póstuma que poder-se-ia lhe prestar: refletir sobre seus erros e experiência, criticando os desvios voluntaristas dos grupos de ação direta e apontando um caminho marxista-leninista.

Mas o que se disse e o que resultou da Conferência de São Paulo? Os companheiros da TL/ALN com a palavra: "Em nossa opinião a ALN necessita retomar, no fundamental, a linha política aprovada pelos comunistas de São Paulo, em sua Conferência de abril de 67, quando foi eleito para a direção do movimento o comp.

Carlos Marighella. Nessa oportunidade, os comunistas de São Paulo aprovaram a concepção marxista-leninista da revolução como obra das massas, deixando claro que a violência das classes dominantes expressa na ditadura militar fascista determina a via armada para a tomada do poder político. Na resolução da Conferência se enfatizava o trabalho político com as massas, em especial com a classe operária das grandes empresas industriais, onde se deveria construir partido, sem o qual as tarefas da revolução não poderiam ser levadas adiante. (...) ao esmagar as teses reformistas baseadas na ilusão de classe da conquista pacífica do poder político a reboque dos políticos progressistas da burguesia, (a Conferência) propiciou uma importante vitória na luta ideológica para o estabelecimento de uma correta linha política para a revolução". E concluem os companheiros: "A razão básica de nossos erros residiu fundamentalmente no desvio da linha aprovada nessa Conferência"(1).

Claro está que a Conferência de São Paulo ficou no meio do caminho. Negou o papel revolucionário hipotético da "burguesia nacional" mas não se definiu por um caminho socialista da revolução no Brasil. Neste dilema não chegou a romper in totum com o reformismo do PC e dele o grupo Marighella saiu vestido de concepções populistas de "governos populares" e de indefinidas "revolução de libertação nacional" e luta por "frente única de conteúdo popular". Estas contradições e concepções populistas acompanharam a organização de Marighella em toda sua trajetória armada e estão conservadas nos escritos posteriores dele. Salta aos olhos que retomar os pontos fundamentais da Conferência de São Paulo como ponto de partida para uma autocrítica é esquecer que esta Conferência ocorreu num momento determinado da luta interna do PC, que as circunstâncias e ambiente político e a fase que atravessava o movimento revolucionário eram diferentes do atual e que a própria prática subsequente do Marighella fora o distanciamento inicial dos princípios da Conferência. Se na Conferência o Marighella, de passagem, observou que não se tratava de assumir uma atitude subjetiva e voluntarista na luta armada diante do pacifismo do PC, não fez nada mais nada menos que tornar o subjetivismo o princípio mor da atividade do seu grupo. "A ação cria a organização" instituiu-se como princípio básico para a atividade revolucionária. Os axiomas de "revolução como obra das massas" e "organização do movimento de massas pela base" não tiveram e não tem peso na prática dos grupos militaristas. Os escritos de Marighella falam por si só: "Em redor da potência de fogo que surge do nada e vai crescendo pouco a pouco, a massa se aglutina, constroi sua unidade e marcha até a tomada do poder. A essência desta concepção consiste em proclamar a importância do movimento de massas em função do crescimento da luta armada" (grifos nossos) (2). O mesmo espontaneísmo está expresso, de outra maneira, no documento da TL. Apontam que "não há possibilidade de levar adiante a expressão mais elevada

da luta de classes -a luta armada- sem o partido", e para a construção do partido acrescentam que se terá de levar "em conta "a importante contribuição do atual processo de luta armada...". Depois propõem "elevar o nível da experiência" dos pequenos grupos de fogo colocando que os destacamentos de propaganda armada são os principais instrumentos de trabalho político. Esses destacamentos "devem se desenvolver no sentido de deles participarem cada vez mais elementos das massas sob única condição de estarem de acôrdo com o programa nacional-libertador e democrático". Em passagens diferentes do documento, como se observa, está clara a forma contraditória de encarar a construção do partido. De resto, a "deixa" para os "destacamentos de propaganda armada" é a reafirmação de pontos que se pretende criticar. Sabemos por outro lado que nas condições de país capitalista-industrial como o Brasil a criação de um partido revolucionário está vinculada diretamente à formação política da classe operária. E para que isso se dê-entre nós- é necessário subordinar e concentrar nossos esforços nas lutas concretas das fábricas.

Essas questões recebem um tratamento muito vago no documento da TL/ALN. Fala-se de "partido leninista de novo tipo", que não sabemos em que consiste e nem os comp. se preocupam em definir. O que predomina ainda é uma vacilação e indefinições políticas em torno de pontos que não podem ficar obscuros sob pena de deixarmos as portas abertas "ao enorme afluxo de elementos da pequena burguesia radical, notadamente de estudantes, para a organização"(3).

Retomando o fio do documento da TL lê-se no início : "...está fora...de cogitações o raciocínio simplista de que o surto econômico alcançado nos centros industriais do país, no biênio 69/70 seja o responsável pelo progressivo afastamento do povo do movimento de luta armada"(grifos nossos). "O desenvolvimento em curso significa...um brutal aumento da exploração das massas..." (...)"...a verdade é que nem a repressão brutal nem o surto desenvolvimentista podem ser responsabilizados pelo nosso desligamento das massas. Como vimos, no Brasil, o desenvolvimento econômico significa sempre um aumento das condições econômicas e sócio-políticas e em consequência uma agudização da luta de classe". Por isso "devemos buscar as causas de nossos fracassos em nossos erros, fundamentalmente numa concepção errônea de como levar à frente nossa revolução e de uma organização completamente inadequada às tarefas que se propõem desenvolver". Não vamos nos prender às minúcias do documento, mas queremos somente observar que os comp. ao apontar o fato "de uma concepção errônea de como levar à frente nossa revolução" não procuram desenterrar e revelar a totalidade política desta "concepção errônea". E não podemos falar apenas em "organização inadequada". Verdade é que o desafogo econômico da economia brasileira iniciado nos anos de 69/70 deu margem a um retraimento e neutralização política da pequena burguesia. E o governo soube tirar frutos políticos desta

nituação. O vazio político foi preenchido nas universidades pelo "Projeto Rondon" e nas ruas as classes médias alimentavam suas esperanças na "loteria esportiva" ou na "bolsa de valores". Se o crescimento econômico permitiu um relativo alívio nas finanças da classe média, também a incapacidade da esquerda para apontar uma alternativa política para o movimento de massa nos anos 68/69 é outro fator do entorpecimento político da pequena burguesia. Das explosões e lutas de rua de correntes cada vez mais largas da classe média, lideradas pelo Movimento Estudantil, que se manifestavam nitidamente contra a ditadura militar, seguiu-se um recuo sem direção da massa e produziu também uma tentativa desesperada de grupos pequeno-burgueses de continuar "a luta armada iniciada em 68" como única forma de responder à investida da ditadura.

Não se pode negar que a atmosfera política mudou no biênio 69/70. Não se sentia mais uma euforia da classe média em apoiar o movimento revolucionário. A decepção e apatia se confundiam com indisfarçada expectativa em relação ao "governo Medici". Este, por sua vez, procurava por todas as formas ganhar popularidade. A campanha de "ame-o ou deixe-o" ou "Brasil: ontem, hoje e sempre" que se movimentava nos carros recém-adquiridos da classe média, era um dos sintomas de que alguma coisa havia mudado. Evidentemente sabemos quem paga o preço do "Brasil grande" e do "ninguém segura este país". A classe operária permanece esfolada pelo "arrocho salarial". Se nos limitamos nesta discussão a descrever o comportamento da pequena burguesia é porque ela representa o apoio e sustento da prática militarista. A classe operária não estava envolvida nesta onda de militarismo. Ausentes deste palco de lutas os operários não conseguiam combinar sua luta concreta nas fábricas com as ações de expropriação. A tática de "expropriar a burguesia" através de assaltos a bancos não encontrou repercussões práticas no meio operário nem se tornou instrumento de mobilização proletária. E quando a classe média virou as costas para o militarismo deixando os grupos urbanos isolados e sem apoio, presas fáceis das garras da violenta repressão policial, não podemos justificar isso só com os erros organizatórios, liberalismo dos quadros, etc. Isto é uma maneira de desviar-se das verdadeiras causas do fracasso e não iniciar uma autocrítica mais que necessária.

Falamos em pequena burguesia mas tomamos o cuidado de não considerá-la como um bloco. A experiência do passado mostrou o zigue-zague do comportamento político das classes médias e quem é seu setor mais combativo. E mesmo este setor (o movimento estudantil) nunca chegou às últimas consequências na crítica ao sistema de ension burguês nas universidades e da sociedade em geral. Com todo o radicalismo político presente nas manifestações

estudantis e ocupações de universidades no período 67/68, o movimento estudantil, como tal, estava preso às origens de classe.

Vejam agora até onde os comp. aproveitam as lições do passado: "Cremos ser ilusão de classe pensar que os políticos progressistas da burguesia possam dirigir com consequência a luta pela derrubada da ditadura. Essa constatação não deve levar à conclusão "esquerdista" de que esses elementos não participam da frente única anti-ditadura (os grifos são nossos). Essa constatação possui mais similaridades com o liberalismo burguês - mais próximo da frente ampla - do que pontos de uma organização que pretende contribuir para a formação de um partido leninista no país.

Ainda são nítidas as lembranças do fracasso de "movimentos amplos". O MCD (Movimento Contra a Ditadura) surgido num momento de ascensão do movimento estudantil, diluiu-se rapidamente, tal como começou. A "Marcha dos Cem Mil" da qual se procurou fazer o ponto de reunião e de organização de "todo o povo" contra a ditadura é outro exemplo. E de certo modo isto está narrado por Marighella: "A frente de massas desempenhou um papel sem precedentes na luta antiditadura. Ocupações, manifestações, protestos, greves, a luta contra a censura, a captura de policiais constituíram formas de luta de massa de nível elevado". "...O papel dos estudantes e dos eclesiais nesse sentido foi notório, o que a ser dizer que a classe média brasileira repudia a ditadura e constitui uma das forças mais combativas no atual processo revolucionário" (4). Mas o desdobramento destes movimentos de massa não levou à sua organização nem manteve a continuidade esperada. O movimento estudantil voltou para as universidades desarticulado e a "frente ampla" das classes médias que acompanhou o movimento estudantil nas ruas, desmembrou-se e adquiriu um ar de expectativa.

O Terrorismo surge aí, até certo ponto, como substituto do movimento de massa. Até certo ponto porque também foi produto de segmentos radicalizados da pequena-burguesia que através de uma prática suicida de "vale-tudo" procurou dar uma resposta imediatista - desencadeada por pequenos grupos de homens armados - à repressão policial e à ditadura militar.

De passagem, observaremos o caso dos TUPAMAROS no Uruguai para mostrar porque o militarismo se afastou do terreno da luta de classe no país. Não vingou, nem sobreviveu aos duelos com a polícia da Ditadura. Os TUPAMAROS, por sua vez, continuam sendo até hoje a grande oposição ao governo na ausência de uma esquerda marxista. Quais as razões dos TUPAMAROS sobreviverem a todas as formas de repressão e continuarem realizando ações espetaculares quando grupos do mesmo estilo no Brasil foram praticamente dizimados em menos de três anos?

Em primeiro lugar, o Uruguai no processo de formação do capitalis-

mo na América Latina não conseguiu se industrializar. Sem um lastro industrial que lhe possibilitasse um mínimo de produção interna, a economia uruguaia vive u ma crise que vem dos anos 63. Em segundo, a classe média-camada majoritária sente todos os dias os reflexos da crise estrutural uruguaia na diminuição de seu poder aquisitivo. Este é o ponto de partida do sucesso dos TUPAMAROS. Alimentando-se desta situação, conseguiram ganhar uma parte radicalizada da classe média.

No Brasil sabemos que a situação é diferente. No sentido populacional, geográfico e o que é mais importante, na composição de classes. A classe média não tem o mesmo peso político que no Uruguai. Devemos frisar que na classe média os estudantes são o segmento mais receptivo à propaganda das esquerdas. Em geral, a pequena-burguesia no Brasil marchou em todas as direções: em 64 "pela família, pela propriedade e contra a ameaça comunista"; em 68 foi às ruas protestar contra a "ditadura assassina"; em 69 vai receber os "tricampeões do mundo", dando olhadelas de confiança ao presidente que acertara o placá. Em menos de três anos os grupos de ação direta foram encurralados na cidade. Sem o apoio e sem a base social da classe média foram cercados pela polícia e não tinham mais forças para uma "retirada organizada para o meio rural", área que segundo o pensamento de Marighella constituía o cenário principal das ações armadas, que nunca foram ali postas em prática. Em torno da "potência de fogo de pequenos grupos de homens", menos de três anos demonstraram que a massa não se aglutinou nem construiu sua unidade, como pensara Marighella. Repetindo a experiência frustrada dos grupos urbanos da Venezuela o Militarismo não alterou a correlação de forças das classes sociais no Brasil. Não modificou nem pesou na situação orgânica e política da classe operária. Malgrado tenha sido um período de muitas baixas e centenas de prisões, com todo esse desperdício de forças, continuamos com as mesmas tarefas anteriores a este ciclo militarista.

Armar com uma consciência marxista, política, ideológica e organicamente a classe operária para podermos então dar "um passo adiante" no caminho da revolução socialista no Brasil. Isto dependerá muito do rumo das vanguardas de esquerda hoje no país. Se queremos fazer uma autocrítica mais que necessária teremos que romper com a ideologia populista, destruir os germes de nossos fracassos sob pena de continuarmos embaralhados com os fenômenos da luta de classe e sem sabermos dar uma direção revolucionária às futuras lutas de massa. E nisto a história não nos perdoará.

D. Tavares 12/III/72

-----  
 (1) - O documento Autocrítica necessária da TL/ALN foi publicado na íntegra na revista DEBATE, n. 7, pp. 30 et seguintes.

(2) - Carlos Marighella : Accion libertadora (Docum. Latinoamer. 1, Maspero)

(3) - Documento Autocrítica Necessária /// (4) Marighella, obra citada.

OBS.: As Resoluções da Conferência de São Paulo foram publicadas pela revista DEBATE, n. 8.



COMUNICADO DA TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN

Desejamos esclarecer a todos com os quais mantemos relações fraternais - Partidos Comunistas e demais organizações revolucionárias e progressistas, personalidades, órgãos revolucionários, etc.- o resultado das discussões havidas entre a direção da ALN e a Tendência Leninista.

A direção da ALN nos informou não só que nosso documento "Uma Autocrítica Necessária" não foi discutido, como também que rejeitava a nossa proposta específica de convocação de um congresso da organização.

Diante dessas posições burocráticas da direção da ALN, que refletem o profundo desvio militarista ainda predominante nessa mesma direção, temos a esclarecer o seguinte:

Não aceitamos a resolução de não ser discutido pelo conjunto da organização o nosso documento "Uma Autocrítica Necessária". O pedido da realização de um congresso da ALN, na atual situação do processo revolucionário brasileiro, está plenamente legitimado pelo fracasso devido ao desvio militarista. Em consequência dele a organização progressivamente se isolou do movimento de massas, reduzindo substancialmente suas fileiras. Por isso não podemos aceitar a negação do Congresso que é para nós não só o instrumento leninista para a solução das divergências como também é uma exigência vital que a organização se arme de uma correta linha política, de uma estrutura e de métodos de trabalho adequados ao cumprimento das tarefas de nossa revolução.

Nessas condições recai sobre a direção da ALN a responsabilidade da negação da discussão política em torno de questões decisivas para nossa revolução. A direção da ALN nega-se a discutir nossas propostas sobre a estratégia nacional-libertadora e democrática, sobre as concepções que defendemos acêrca do partido, do exército revolucionário, da frente única e de uma política exterior para a organização.

Denunciamos pois o deliberado propósito da direção da ALN em nos marginalizar dentro da organização ao negar a discussão política e a realização do congresso.

Denunciamos que essa atitude de temor à discussão revela, em toda a sua plenitude, a debilidade de uma direção predominantemente militarista e burocrática.

Com isso mais uma vez se evidenciou não só a necessidade da luta interna como também o justo encaminhamento que a ela temos dado, no sentido de travá-la no terreno dos princípios e das posições políticas e não no das intrigas e das questões pessoais, conforme o desejo de um certo setor da direção da ALN.

Vamos prosseguir na luta interna com consequência, defendendo ao mesmo tempo - dentro da nossa condição de revolucionários e marxistas-leninistas - o direito de divergir publicamente. Não abdicaremos da discussão e da necessidade da realização do congresso, tendo por objetivo estabelecer uma justa linha po-

lítica, uma estrutura e métodos leninistas, que possibilitem - em um nível mais elevado - a retomada da linha política definida por Carlos Marilhella e pelos comunistas de São Paulo em sua conferência de abril de 1967.

Por outro lado, não pouparemos esforços a fim de estreitar cada vez mais nossas relações com tôdas aquelas forças que estejam realmente dispostas a buscar a reunificação dos marxistas-leninistas brasileiros, não com o objetivo estreito e sem horizontes de "formar um partido no exterior", mas sim, o de armar o proletariado, pela prática no interior do país, com um combativo e coeso Partido Comunista.

Ao mesmo tempo, lutaremos sem tréguas pela unidade de tôdas as forças que se opõem ao imperialismo e à ditadura militar fascista. Com a mobilização das bases sociais da revolução, sob a hegemonia do proletariado, nosso objetivo principal é, tendo por suporte um programa amplo, anti-imperialista e anti-ditatorial, isolar e aniquilar o imperialismo Norteamericano e a reação interna, abrindo assim, o caminho para a construção do socialismo em nossa pátria.

P/ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN

(a) Romualdo Fraga - janeiro 1972.

UM BALANÇO IDEOLÓGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: PRIMEIRO PASSO PARA A CONSTRUÇÃO DA VANGUARDA

(texto redigido por militantes oriundos da ALA VERMELHA e da VPR)

Apresentação: O boletim DEBATE publica a partir deste número este texto elaborado por antigos militantes da ALA e da VPR. Como indicam seus autores, a redação data de abril 70. Foi-nos dito informalmente por alguns dos camaradas que participaram da redação que consideravam o texto já um tanto envelhecido, mas que de qualquer modo, em sua opinião, constituía uma base para discussão e para tomada de posição política dos redatores. A iniciativa da publicação é de nosso Coletivo e não recebemos solicitação formal neste sentido por parte dos redatores. Fazemo-lo no intuito de aumentar o número de materiais auto-críticos à disposição de nossos leitores. Discordamos em muitos pontos, tanto históricos quanto analíticos e político-programáticos das posições aqui apresentadas e com as concepções que as fundamentam. Mas achamos que se trata de contribuição válida para a discussão em vista do reagrupamento dos marxistas revolucionários do Brasil.

DEBATE, março 72.

CAPITULO I

Vivemos hoje o fim de uma fase no processo revolucionário brasileiro. Após dez anos de lutas internas, debates e reorganizações, a revolução deu um grande passo. Da morna mediocridade e deliberada impotência do velho Partido, viemos, por caminhos tortuosos, a conquistar a linguagem comum dos povos oprimidos, a linguagem da luta armada. No entanto, dados os primeiros passos, a contrarrevolução golpeia. E golpeia fundo. Grande quantidade de revolucionários vão encher as prisões. Muitos tombam sob as balas do inimigo.

Ao lado das organizações que pouco a pouco sucumbem à violência repressiva, outras se estratificam, não vislumbram o caminho, esgotam-se na preocupação de sobreviver. E todas, isoladas da massa, não oferecem uma alternativa para o processo. Os revolucionários se interrogam diante de uma realidade que revela profundos erros. A falta de perspectiva, o isolamento da massa. O refluxo diante do avanço repressivo configura-nos claramente o ocaso de uma fase.

Um momento de transição, uma passagem de uma fase para outra, não se dá serenamente. Ela implica em abalos, tanto mais violentos quanto maior for a profun-

didade e a importância da transformação. Vivemos hoje, justamente, o momento em que os golpes da reação sobre o movimento revolucionário revelam, em sua violência a magnitude do salto de qualidade que se faz necessário.

A revolução chegou a um impasse. Por dez anos lutamos pela adoção de uma linguagem da luta armada e ao consegui-la, nos afastamos da massa, nos isolamos, expusemos um flanco aberto à repressão. A superação deste impasse representa um salto de qualidade para o processo. Só dando esse salto é que conseguiremos transformar o refluxo deste fim de fase num passo decisivo para o avanço da revolução. Não há solução particular, isto é, não será uma ou outra organização que, racionalizando individualmente suas falhas, poderá oferecer alternativa válida. O impasse é do processo revolucionário como um todo: o raciocínio autocrítico capaz de indicar as raízes da situação atual precisa ser aplicado globalmente a este processo. É necessário compreender a história de nosso presente para situar a transformação exigida. Uma visão global indicará soluções globais e a luta pela sua aplicação deverá abranger todo o quadro revolucionário brasileiro.

Quando tentamos compreender o nosso presente como história, não basta olhar em torno. O que somos hoje é o produto direto do nosso passado mais recente. Vivemos a consequência de um processo que, em dez anos de debate, cisoões e reagrupamento, criou um quadro qualitativamente diferente do que existia nos primeiros anos da década de 60.

A revolução hoje, trilhando caminhos pouco claros, golpeada pelo inimigo, se defronta com uma realidade dura e violenta. Em 68, com o ascenso do movimento operário e estudantil, em 69 com o auge das ações armadas nas cidades, parecia que o processo encontrara o seu leito e começava a fluir, criando as forças iniciais para um avanço decidido. No entanto a ditadura, aperfeiçoando o seu aparelho repressivo, não hesitando mais em desencadear o terror policial, conseguiu refrear a onda que crescia. Soube aproveitar-se dos erros cometidos por nós, porque toda vitória da contrarrevolução advem somente dos erros e desvios que a revolução comete. A história caminha a nosso favor, "todos reacionários são tigres de papel", mas a revolução precisa conhecer palmo a palmo seu caminho. O inimigo acerta apenas quando erramos, porque a força da revolução é irreprimível quando encontra seu curso.

O terror policial, o refluxo do movimento revolucionário, trouxeram o desalento para alguns, a desorientação para muitos. Desorientação que atinge não somente aqueles revolucionários que procuram uma saída, sem vê-la, mas sobretudo aqueles que insistem em falsos caminhos, perpetuam os erros e se precipitam no suicídio político. O refluxo, as constantes derrotas diante do inimigo e, principalmente o isolamento das massas criam a cada dia que passa um vazio político, uma expectativa pela iniciação de um caminho novo capaz de re- por a revolução em seu curso.

Há ainda os que insistem nos erros, sejam eles os velhos ou os novos erros. A vida ainda mostrará a eles também que precisamos agora corrigir os profundos desvios que de há muito permitem ao inimigo de classe conservar-se no poder.

As respostas não sairão do ar, nem sairão de modelos criados com base em experiências outras da revolução mundial. Elas só poderão sair de um exame minucioso de nossa prática e de nossa realidade. A autocrítica da prática global da revolução brasileira é o primeiro passo.

Vivemos nos últimos dez anos um processo rico e tumultuoso. Durante estes dez anos perseguimos a luta armada. Rompemos com o velho Partido e travamos um longo debate: nosso passado é esse debate.

No curso das fragmentações e reagrupamentos, das divergências e reconstruções, o que permanece subjacente a todo debate é a necessidade da organização da vanguarda de classe do proletariado. No entanto a questão da luta armada, assumindo indiscutível principalidade nas preocupações dos revolucionários, deixa sempre em segundo plano o problema da vanguarda, subjacente, secundário nas preocupações gerais, ele não chega a ser suficientemente debatido, ou mesmo cientificamente conceituado. No entanto, o próprio rompimento inicial com o PCB e todas as cisoões subsequentes se fundam no fato do "Partidão" nunca ter cumprido o pa-

lismo como doutrina, tem evidentemente raízes nas relações econômicas contemporâneas, assim como a luta de classe do proletariado, mas socialismo e luta de classe nascem um ao lado do outro e não um do outro; cada um deles surge de premissas diferentes. "A consciência socialista contemporânea não pode surgir senão sobre a base de conhecimentos científicos profundos. De fato, a ciência econômica contemporânea é, juntamente com a técnica moderna, uma condição da produção socialista, e o proletariado, ainda que o deseje, não pode criar nem um nem outro. O detentor da ciência não é o proletariado, mas sim os "intelectuais burgueses": mesmo o socialismo contemporâneo nasceu do cérebro de alguns membros dessa camada e foi transmitido por eles aos proletários mais avançados intelectualmente, os quais, em seguida, o introduziram na luta de classes onde as condições o permitiam. A consciência socialista é pois um elemento importado de fora da luta de classe do proletariado e não algo que dele surge espontaneamente. A tarefa da social-democracia é introduzir no proletariado a "consciência de sua missão". (Que Fazer?, Lênin) (grifos nossos).

A vanguarda da classe operária é composta essencialmente de homens que dispõem de uma capacidade e de uma qualidade específica: a de se desligar dos interesses e da ideologia de suas classes de origem, para passar a ver o mundo do ponto de vista do proletariado e que trazem de sua origem a formação teórica, cultural e científica capaz de lhes permitir a elaboração constante da política proletária. Intelectuais socialistas e ao mesmo tempo dirigentes políticos; homens que dominam o instrumental marxista em profundidade e o aplicam em função dos interesses da classe operária; homens que ganham, com isso, qualidade ideológica do socialismo; esse é o conteúdo da vanguarda, o conteúdo da concepção leninista da vanguarda de classe.

A qualidade ideológica é a única garantia de que a organização do partido, estruturada em torno deste núcleo, se constitua realmente na vanguarda da classe operária. Os quadros de vanguarda, dispondo do conhecimento científico do marxismo, acumulam sua experiência direta no processo revolucionário, e, indiretamente, na experiência social da classe operária e criam a teoria da revolução definindo as linhas gerais do processo. Em torno dessa ideia de revolução, produzida pela combinação de uma prática anterior com as leis gerais do marxismo, esse núcleo seleto de quadros de vanguarda constroi a organização, o partido. O partido é, pois, a expressão orgânica formal de uma concepção política da revolução. A acumulação da experiência histórica da revolução proletária estabeleceu, desde Lênin, alguns princípios gerais da organização partidária. Esses princípios (dos quais o essencial é o do centralismo democrático) vão estar presentes em qualquer organização da vanguarda de classe, na medida em que refletem concepções políticas válidas e gerais da revolução proletária. No entanto, a partir da ideia de revolução concebida para cada revolução em particular, a organização do partido vai assumir, necessariamente, formas específicas.

Essa é a concepção leninista da vanguarda da classe operária. A vanguarda não é qualquer aglomerado de revolucionários, seja qual for a sua disposição revolucionária ou a forma como se organizam. Não adianta dar uma estrutura pretensamente leninista à organização: por mais que se multipliquem os comitês, os birôs, as comissões, por mais que se tente por em funcionamento o centralismo democrático, se a organização não tiver como núcleo a qualidade ideológica da vanguarda, ela não passará de um arremedo esclerosado da concepção leninista. Uma organização eclética, por mais que desenvolva uma atividade avançada, seja ela de propaganda ou de organização, seja ela militar ou política, não constitui vanguarda de espécie alguma.

Quando um conjunto eclético de revolucionários tenta adotar a forma leninista, aplicar seus princípios, o resultado que se obtém é, justamente, a formação desses princípios. Quando Lênin define os princípios de organização do partido e, em particular o do centralismo democrático, ele parte do pressuposto verdadeiro de que os quadros de vanguarda, nucleados em sua luta, pela construção do partido, trazem a qualidade ideológica necessária. Tais princípios tem como função preservar e desenvolver esta qualidade ideológica existente. As formas orgânicas funcionam neste sentido, ao impedir rigorosamente o acesso das ideias errôneas e ao incentivar o acréscimo de qualidade, sempre filtrada pelo núcleo que se encontra no vértice da pirâmide orgânica. No en-

pel de vanguarda da classe operária e no fato de nenhuma das organizações surgidas da fragmentação posterior conseguir definir-se como uma alternativa válida para o processo. Durante quase quarenta anos o PCB existiu solitário, monolítico, aparente baluarte da Revolução. Gestava, no entanto, a erupção fragmentadora que viria definir a década de 60.

## CAPITULO II

A fundação do PCB em 1922 é resultado do entusiasmo que a vitória da revolução soviética leva ao movimento operário em todo o mundo e das diretrizes da III Internacional Comunista. Até sua formação o movimento operário no Brasil vinha sendo orientado fundamentalmente, por tendências anarco-sindicalistas e anarquistas. Embora vigoroso, realizando greves e manifestações de envergadura, o movimento operário brasileiro se assentava sobre um proletariado incipiente, reflexo mesmo do baixo estágio de industrialização do país na época. Não tendo uma tradição de luta própria, incorporava tendências tradicionais da luta do proletariado europeu de fins do século XIX, trazidas pelo grande número de imigrantes, sobretudo italianos e espanhóis, que constituíam então considerável parcela do operariado brasileiro. Por outro lado, a intelectualidade progressista que se colocava ao lado dos operários em suas lutas, também tem suas origens formativas nestas tendências. A escassa, quase inexistente divulgação do marxismo em nosso país, não permite a educação ideológica necessária para situar a sua visão do mundo a partir do ponto de vista proletário. Pelo contrário, o conteúdo pequeno-burguês das tendências anarcoides correntes no período, não encontra contestação. Observe-se que não havia no Brasil, contrariamente ao que ocorria na Europa, nenhuma tradição social-democrata. A inexistência de quaisquer tendências da social-democracia permitia o desenvolvimento não contestado do anarquismo. São esses homens que, sob o impacto da revolução de 1917, vão fundar o PCB. O entusiasmo da vitória soviética leva-os a voltar os olhos para o marxismo. Infelizmente o entusiasmo não é o método mais eficaz para a transformação ideológica. Submetem-se os recém-convertidos comunistas brasileiros aos princípios da III Internacional. No entanto, ao levarem para o novo partido sua formação ideológica não proletária, transformam os princípios da Internacional em meras normas estatutárias. Os princípios são aceitos porque, afinal, eram os mesmos de uma revolução recentemente vitoriosa. As formas leninistas de organização passam a ser empregadas. Mas o conteúdo ideológico dos princípios não estava assimilado pelas consciências. As estruturas orgânicas eram preenchidas por homens que até ontem eram anarquistas ou anarco-sindicalistas. Pior do que reduzir princípios a parágrafos de estatutos, o conteúdo pequeno-burguês que preenche o "modelo leninista" vai deformá-lo, reduzi-lo a algo que pode ser tudo, menos leninista. E que pode ser sem dúvida, uma organização revolucionária, mas nunca a organização de vanguarda do proletariado.

A concepção do partido em Lenin é antes de tudo uma definição ideológica. Ao situar, por princípio, o partido como organização de vanguarda da classe operária, Lenin define um conteúdo. Esse conteúdo, que denota a qualidade dos homens de vanguarda, tem sua origem no processo de criação da ideologia socialista.

A partir de sua experiência social a classe operária não tem condições de engendrar, espontaneamente, uma visão do mundo própria. Submetida a todas as formas de alienação da sociedade capitalista, esmagada pela pressão ideológica da burguesia, a classe operária chega apenas a elaborar uma perspectiva reivindicatória (tradeunionista) que não ultrapassa os limites da sociedade estabelecida. A ideologia socialista é o produto da abstração científica da experiência social do proletariado, realizada pelos intelectuais revolucionários que tem acesso à formação teórica necessária e que se ligam à experiência da classe operária assimilando o ponto de vista do proletariado e elevando ao nível de teoria a sua experiência social. Definem assim uma esses intelectuais uma visão socialista do mundo. Sua tarefa histórica é levar essa visão do mundo à classe, tornando-a consciente de seu papel. Ao levar essa visão do mundo à classe operária e ao integrar-se em seu movimento, esses intelectuais organizam-se conjuntamente com os operários mais avançados, constituindo-se assim o núcleo da vanguarda da classe.

"...o desenvolvimento econômico e a luta de classes não criam somente as condições da produção socialista, mas engendram também diretamente a consciência de sua necessidade. A consciência socialista seria, em consequência, o resultado necessário, direto da luta da classe operária. Isso é completamente falso. O socia-

tanto, quando o conteúdo ideológico original é eclético, os princípios se deformam no momento mesmo da sua aplicação; a forma orgânica que se obtém é apenas um arremedo da forma leninista. Esta estrutura deformada vai servir principalmente para defender e preservar o conteúdo eclético que lhe deu origem. A forma leninista de organização de partido é função direta do conteúdo ideológico proletário que está em seu núcleo e que lhe dá origem; sem este conteúdo não há em hipótese alguma forma leninista. O que há é uma organização que alega aplicar princípios corretos; no entanto dada sua origem ideológica aplica na verdade princípios falsos que só servem para conservar seu ecletismo original.

Quando o PCB se forma em 1922, ele pretende adotar as formas consagradas pela vitória bolchevique em torno de um conteúdo que, já vimos, era muito mais anarco-sindicalista do que marxista. Na verdade o que ocorre é a fusão de vários agrupamentos que militavam no movimento operário sem neles ocorrer nenhuma transformação de caráter ideológico. Realizavam um movimento de caráter muito mais sindicalista (tradeunionista) do que revolucionário; comportavam-se como organização de massa. Ao fundirem-se no partido apenas somam-se, não mudam de qualidade; o PCB passa a existir como uma organização de massa rigidamente centralizada. Os debates que precedem a organização do partido não se caracterizam como uma luta ideológica. São muito mais um esforço no sentido de encontrar uma fórmula que permita a filiação da nova organização à III Internacional. Evidentemente este debate vai se centralizar no problema formal. A fundação do Partido se transforma numa questão de estatutos. O primeiro congresso do PCB teve como ordem do dia, além de informes sobre a situação internacional e nacional, a discussão de estatutos adequados às normas da III Internacional. E só. Observe-se que, conforme testemunhos da época, dos nove participantes deste Congresso, apenas um havia "tido algum contato anterior com a teoria do socialismo científico".

O papel da III Internacional nessa tragédia é grande. Não marca apenas esse primeiro ato, vai se prolongar e se tornar mais funesto nas décadas seguintes. A Internacional, ainda sob Lênin, impulsionada pela recente vitória de outubro, procurava o apoio do proletariado mundial, na luta pela sobrevivência do primeiro estado socialista e pela expansão do fluxo revolucionário. Evidentemente o Komintern não podia interferir diretamente junto à intelectualidade socialista de cada país, desencadear a luta ideológica e criar a qualidade da vanguarda no mundo todo. A luta ideológica pelo surgimento da vanguarda de classe é necessariamente um produto das condições internas e peculiares de cada país, de cada revolução. A ação externa de um organismo internacional pode favorecer ou impulsionar o processo, mas nunca criá-lo ou dar-lhe a qualidade. Pressionada pelas necessidades da revolução russa, pressupondo a existência da vanguarda em todos os outros países, a III Internacional assumiu a forma de uma estrutura de direção da revolução proletária, em vez de se comportar como centro irradiador do debate ideológico em escala mundial. A filiação à III Internacional se transforma na importação de um modelo: em vez de impulsionar o debate ideológico em cada país tal processo agiu em sentido inverso. Já que havia um modelo, os revolucionários, entusiasmados com a revolução russa eximiram-se da tarefa de criar qualidade ideológica. Era bem mais fácil copiar os estatutos. Uma vez criado, o PCB conservou a qualidade que estava em sua formação. Em seu desenvolvimento posterior, suas características vão ser moldadas pela situação estabelecida em sua origem, da predominância da estrutura formal sobre qualquer possível emergência de um conteúdo ideologicamente proletário. As condições internas já estavam dadas. O ativismo de massa, que chega ao risco da dissolução do partido na organização de massa (episódio do "Bloco operário-camponês") impede a criação político-ideológica dentro da estrutura, bem como revela o caráter assumido pelo partido que não passa na verdade de uma organização de massa rigidamente disciplinada. A política do Komintern, que sob Stalin cada vez mais subordina os partidos de cada país aos interesses da política soviética, vem completar o quadro. A transformação do autoritarismo em princípio, a subordinação dada como sinal de saúde ideológica, completam o esclerosamento. Seu erro principal está na própria construção de um partido formal. O atrelamento à política stalinista vai consolidar e perpetuar o erro.

(continua)

A IMPRENSA MARXISTA DO BRASIL SE AMPLIA E SE FORTALECE :

Recebemos o segundo número de PUEBLO PODER (dezembro 71) e o primeiro número de TESES PROLETARIAS, saído no começo deste ano. Ao lado de TEMAS E DEBATES que já vem circulando há tempos no Chile, a consolidação de novos órgãos marxistas constitui premissa importante no sentido do reagrupamento dos revolucionários marxistas do Brasil, através da discussão e da elaboração conjunta no campo teórico e político.

ORGANIZAR ESTA DISCUSSÃO E ESTA ELABORAÇÃO EM TORNO DE UMA IMPRENSA REGULAR, LUTAR PELA PROGRESSIVA UNIFICAÇÃO DESTA IMPRENSA NUMA PLATAFORMA POLITICA COMUM, MARXISTA E REVOLUCIONARIA, É CUMPRIR AS TAREFAS HOJE A NOSSO ALCANCE, É CONTRIBUIR, AINDA QUE DE MANEIRA LIMITADA, PARA A FORMAÇÃO DO PARTIDO MARXISTA-REVOLUCIONARIO EM NOSSO PAÍS.

DEBATE, órgão de discussão e de elaboração dos marxistas do Brasil

DEBATE, pela criação de um órgão central de discussão

DEBATE, PELA LIBERDADE, PELO SOCIALISMO

PARTICIPE ORGANIZADAMENTE DESTA PROCESSO!

COOPERE COM DEBATE !

ENVIE CRITICAS E SUGESTOES - DISCUTA DEBATE COM SEUS COMPANHEIROS

DISCUTA DEBATE CONOSCO !

## INDICE

EDITORIAL : <u>ATUALIDADE DO LENINISMO</u>	p.3
B. MIGUEL : <u>A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS(I)</u>	p.11
F. ANDRADE : <u>MARXISMO E EXTREMISMO DE CLASSE MÉDIA(I)</u>	p.19
<u>DEBATE EM TORNO DO DOCUMENTO UMA AUTOCRITICA NECESSARIA:</u>	p.31
RESPOSTA DO COLETIVO TL/ALN DO CHILE A PAULO LEMOS	p.31
PAULO LEMOS : <u>Ainda sobre o documento "Uma Autocrítica Necessária"</u>	p.33
DIOGO TAVARES : <u>Autocrítica que não foi feita (II)</u>	p.36
<u>Comunicado da Tendência Leninista da ALN</u>	p.42
GRUPO ORIUNDO DA ALA VERMELHA E DA VPR: <u>UM BALANÇO IDEO- LOGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA (I)</u>	p.43

Nossa capa: foto publicada no Jornal do Brasil de 27 de março de 1964. Os marinheiros, reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, na GB, para comemorar o 2º aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, manifestam seu entusiasmo e sua disposição de luta numa situação de crise política nacional que só poderia ter uma solução de força. Era a Contra-Revolução ou a Revolução. B.MIGUEL, que foi militante destacado da Associação, inicia neste número um trabalho histórico e analítico que contribui muito para explicar porque houve, em março 64, Contra-Revolução e não Revolução...



TANTO MAIS JOVEM É O MOVIMENTO SOCIALISTA DE UM PAÍS, TANTO MAIS ENERGICAMENTE É PRECISO ATACAR AS TENTATIVAS DE TODO TIPO QUE VISAM A CONSOLIDAR A IDEOLOGIA NÃO SOCIALISTA, TANTO MAIS RESOLUTAMENTE É PRECISO PREVENIR OS OPERÁRIOS CONTRA OS MAUS CONSELHEIROS QUE RECLAMAM DA "SUPERESTIMAÇÃO DO ELEMENTO CONSCIENTE"...

NOSSO MOVIMENTO ESTÁ AINDA EM SUA INFÂNCIA, E PARA APRESSAR SUA VIRILIDADE TEM DE SE REVESTIR DE INTOLERÂNCIA FACE AOS QUE, POR SEU CULTO DA ESPONTANEIDADE, ATRAZAM SEU DESENVOLVIMENTO. NADA MAIS RIDÍCULO E MAIS NOCIVO DO QUE BANCAR O VELHO MILITANTE QUE JÁ HÁ MUITO TEMPO PASSOU POR TODAS AS FASES DECISIVAS DA LUTA !

LÊNIN, QUE FAZER?